



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Companhia de Águas e Esgoto de Rondônia - CAERD
Comissão Permanente de Licitações de Materiais e Obras - CAERD-CPLMO

EDITAL Nº 16/2026/CAERD-CPLMO

EDITAL DE LICITAÇÃO ELETRÔNICA PE SRP Nº 90003/2026/CAERD/RO.

NOTA EXPLICATIVA

Prezados senhores, embora os itens deste certame encontram-se cadastrado no Sistema Comprasnet, solicitamos que ao cadastrar suas propostas deverão observar as especificações dos produtos e unidades, conforme constam no Termo de referência.

Esclarecemos que, após a fase de lances este Pregoeiro convocará as empresas que estiverem classificadas para o envio de suas propostas de preços, contendo as especificações técnicas e unidades conforme descritas no Termo de Referência, Anexo I deste Edital, para que possamos fazer uma análise mais criteriosa dos produtos ofertados.

Em caso de discordância existente entre as especificações deste objeto descritas no endereço eletrônico – COMPRASNET/CATMAT, prevalecerão às especificações constantes no ANEXO I deste Edital – Termo de Referência. **Os produtos licitados serão os objetos especificados no Termo de Referência da CAERD e não o cadastrado no sistema já que o catálogo do governo Federal diverge de nossas necessidades.**

AVISO DE LICITAÇÃO EDITAL

DE PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 90003/2026.

Edital de Licitação Pregão Eletrônico (Sistema de Registro de Preços) nº **90003/2026/CAERD/RO**. Processo Administrativo nº 0003.001688/2025-81/CAERD. Modo de disputa: Aberto. Forma: Eletrônica. Critério de Julgamento: Menor Preço por Item. Objeto: Aquisição de hidrômetros velocimétricos, nos diâmetros nominais DN 15 e DN 20, destinados à substituição de equipamentos obsoletos, à ampliação do parque de hidrômetros e à manutenção de estoque estratégico da Companhia. OBSERVAÇÃO: Em caso de discordância existente entre as especificações deste objeto descritas no endereço eletrônico – COMPRASNET/CATMAT, prevalecerão às especificações constantes no ANEXO I deste Edital – Termo de Referência. Do Valor estimado: A estimativa de custos para a contratação é SIGILOSA, conforme define o art. 34 da Lei Federal nº 13.303/16. Data de Abertura: dia 24 de junho de 2026 às 10h00min (horário de Brasília). Endereço Eletrônico: www.comprasnet.gov.br Disponibilidade do edital: O Instrumento Convocatório e todos os elementos integrantes encontram-se disponíveis para consulta e retirada somente nos endereços eletrônicos www.compras.gov.br (site oficial) e <https://transparencia.caerd.ro.com.br/licitacoes> (site alternativo).

Porto Velho – RO, 08 de Junho de 2026.
DALMON LOPES RODRIGUES
Pregoeiro/CAERD

EDITAL DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 90003/2026/CAERD/RO

Torna-se público, para conhecimento dos interessados, que a Companhia de Água e Esgotos de Rondônia - CAERD, através de seu Pregoeiro, designada por força das disposições contidas na Portaria Nº 362/2025, publicado no DOE de nº 178 de 18/09/2025, realização licitação, na forma ELETRÔNICA, Modo de Disputa Aberto, do tipo “menor preço por item”, regido pela Lei Federal nº 13.303/2016, Instrução Normativa nº 001/2024/CAERD-RO e Instrução Normativa nº 002/2025/CAERD, Decreto Federal 10.024/2019, pela Lei Complementar nº 123/2006, e demais legislações vigentes, e as exigências estabelecidas neste Edital.

DATA: dia 24 de Junho de 2026.

HORÁRIO DE BRASÍLIA: 10:00 (horário de Brasília).

ENDEREÇO ELETRÔNICO: www.compras.gov.br

LOCAL: www.compras.gov.br (UASG: 925217)

1. DA AUTORIZAÇÃO E FORMALIZAÇÃO

1.1 Esta Licitação encontra-se formalizada e autorizada através do **PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº (0003.001688/2025-81/CAERD)** e destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e a selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração Pública e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da

impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório e do julgamento objetivo de que lhe são correlatos.

1.2 Todo o procedimento licitatório será realizado somente através do sistema contido no endereço eletrônico www.compras.gov.br, onde permanecerão disponíveis todos os atos, avisos e demais documentos relativos às fases da licitação, bem como disponibilizados para consulta, integralmente, o instrumento convocatório e seus elementos para leitura e retirada, propostas e Atas dele provenientes.

1.3 A Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação – SLTI do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão atua como Órgão provedor do Sistema Eletrônico, cedido para uso através de Termo de Adesão ao Sistema de Serviços Gerais – SISG, conforme estabelecido pelo Decreto Federal nº 10.024/2019.

1.4 Sempre será admitido que o presente Edital e seus anexos tenham sido cuidadosamente examinados pelas Licitantes, não se isentando do fiel cumprimento de seu conteúdo, após a apresentação da proposta, devido à omissão ou negligência oriunda de alegação de desconhecimento, discordância de seus termos ou interpretação equivocada de quaisquer de seus itens, já que oportunizado o prévio esclarecimento, conforme disposto no Edital.

1.5 Os horários mencionados neste Edital de Licitação referem-se ao horário oficial de Brasília-DF.

1.6 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a abertura do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local estabelecidos no preâmbulo deste Edital, desde que não haja comunicação do (a) Pregoeiro (a) em contrário.

1.7. O Pregoeiro NÃO SE COMUNICARÁ COM OS LICITANTES ATRAVÉS DE TELEFONES OU PESSOALMENTE, ficando somente o chat do www.compras.gov.br durante a sessão, e o e-mail: cplmo@caerd.ro.gov.br para maior isonomia, onde ficarão registrados todos os pedidos e conversas com os interessados, tornando assim, garantias da transparência.

2. DO ORGÃO GERENCIADOR

2.1 O órgão gerenciador será a **Companhia de Águas e Esgotos de Rondônia (CAERD).**

2.2 DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

2.2.1. A ata de registro de preços, durante sua validade, Poderá aderir ao sistema referido no caput qualquer órgão ou entidade responsável pela execução das atividades, mediante anuência do órgão gerenciador, desde que devidamente justificada a vantagem e respeitadas, no que couber, as condições e as regras estabelecidas pelo §1º do art. 66 da Lei 13.303/2016.

2.2.2 Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.

2.2.3 I A Ata de Registro de Preços, os ajustes dela decorrentes, suas alterações e rescisões obedecerão ao Decreto Estadual 18.340/13, Lei Federal nº 13.303/16, demais normas complementar e se disposições da Ata e do Edital que a precedeu, aplicáveis à execução e especialmente aos casos omissos.

2.2.4. Ao órgão não participante que aderir à ata competem os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação as suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

2.2.5 Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

2.3. Caberão ao órgão gerenciador autorizar, excepcional e justificadamente, a prorrogação do prazo para efetivação da contratação, respeitado o prazo de vigência da ata, desde que solicitada pelo órgão não participante. Acesso.

3. DO OBJETO/LOCAL E PRAZO DE ENREGA/ RECEBIMENTO/PAGAMENTO

3.1 DO OBJETO: Aquisição de hidrômetros velocimétricos, nos diâmetros nominais DN 15 e DN 20, destinados à substituição de equipamentos obsoletos, à ampliação do parque de hidrômetros e à manutenção de estoque estratégico da Companhia.

3.1.1 Em caso de discordância existente entre as especificações deste objeto descritas no endereço eletrônico – COMPRASNET/CATMAT, prevalecerão às especificações constantes no ANEXO I deste Edital – Termo de Referência.

3.2. DO LOCAL, PRAZO DE EXECUÇÃO/PAGAMENTO:

3.2.1. PRAZO

Todos os prazos informados no presente Termo de Referência, a menos que explicitamente indicados, entendem-se como estabelecidos em dias consecutivos.

3.2.2 Conforme especificações contidas no **Anexo I do Termo de Referencia do edital.**

3.3. LOCAL DE ENTREGA

3.3.1 Conforme especificações contidas no **Anexo I do Termo de Referencia do Edital.**

3.4 O prazo de validade das propostas será de 90 (noventa) dias a contar da data da sua apresentação.

3.5. DO PAGAMENTO

3.5.1 Conforme especificações contidas no **Anexo I do Termo de Referencia do Edital.**

4. DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS AO EDITAL

4.1 Os pedidos de esclarecimentos referentes a quaisquer elementos deverão ser enviados ao Pregoeiro através do e-mail: cplmo@caerd.ro.gov.br até o 5º (quinto) dia útil anterior à data fixada para a abertura da licitação, qualquer pessoa física ou jurídica poderá solicitar esclarecimentos acerca da licitação, cuja resposta deverá ser comunicada diretamente ao solicitante e

divulgada no sítio eletrônico da CAERD e em outros veículos pertinentes, em até 3 (três) dias úteis, as consultas formuladas, fora deste prazo serão consideradas como não recebidas. Deverá ser observado ainda:

4.1.2. As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão aos participantes e a administração.

4.4. Analisando as consultas, a CAERD deverá esclarecê-las e, acatando-as, deverá alterar ou adequar os elementos constantes do Edital e seus anexos, comunicando sua decisão, também por meio eletrônico, via Internet, nos sítios www.comprasnet.gov.br e cplmo@caerd.ro.gov.br, divulgando a modificação pelo mesmo instrumento de publicação do texto original, reabrindo o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando inquestionavelmente a alteração não afetar a formulação das propostas.

4.5. As eventuais alterações e esclarecimentos também estarão disponíveis nos sítios <https://transparencia.caerd.ro.com.br/licitacoes> (site alternativo). e www.compras.gov.br, para consulta dos interessados.

4.6. A apresentação da proposta tornará evidente que o licitante examinou minuciosamente toda a documentação deste Edital e seus Anexos, que a comprovou e a achou correta. Evidenciará, também, que o licitante obteve da CAERD/RO, satisfatoriamente, as eventuais informações e esclarecimentos solicitados, tudo resultando suficiente para a elaboração da proposta apresentada, implicando na aceitação plena de suas condições.

5. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

5.1. **Até 5 (Cinco) dias úteis, antes da data fixada para abertura da sessão pública**, qualquer pessoa poderá impugnar o ato convocatório do Pregão na forma eletrônica, nos termos da Lei 13.303/201, devendo ser observado ainda:

5.1.1. A impugnação não possui efeito suspensivo e caberá ao pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de recebimento da impugnação.

5.1.2. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

5.1.3. Acolhida a impugnação contra o edital, será definida e publicada nova data para realização do certame.

5.2. Acolhida à impugnação contra o ato convocatório, será definida e publicada nova data para realização do certame.

5.3. As impugnações e/ou pedidos de esclarecimentos deverão ser encaminhados exclusivamente via e-mail cplmo@caerd.ro.gov.br e deverá ser confirmado o recebimento pelo (a) Pregoeiro.

6. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÕES

6.1. Poderão participar desta licitação empresas cujo ramo de atividade seja compatível como o objeto desta licitação, individuais, que satisfaçam a todas as exigências constantes deste Edital e seus Anexos, e que estejam previamente credenciados no SICAF (nível básico do registro cadastral) e credenciadas no site www.compras.gov.br, para acesso ao sistema eletrônico.

6.1.1. As microempresas e empresas de pequeno porte poderão participar desta licitação em condições diferenciadas, na forma prescrita na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, devendo declarar, em campo próprio no sistema eletrônico, sob as penas da Lei, que cumpre os requisitos estabelecidos em seu art. 3º, e que está apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos artigos 42 a 49 da referida Lei Complementar.

6.2. O licitante é responsável por solicitar seu desenquadramento da condição de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte quando houver ultrapassado o limite de faturamento estabelecido no art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, no ano fiscal anterior, sob pena de ser declarado inidôneo para licitar e contratar com a Administração Pública, sem prejuízo das demais sanções, caso usufrua ou tente usufruir indevidamente dos benefícios previstos no Decreto 8.538/2015 de 6/10/2015.

6.2.1 - Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte e equiparadas, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.

6.3. Para participação no Pregão Eletrônico o licitante deverá declarar ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório. (§ 4º do art. 26 do Decreto nº 10.024/2019).

6.4. A participação na licitação implica aceitação plena e irrevogável do ato convocatório, bem como na observância dos regulamentos e normas administrativas e técnicas aplicáveis, observando-se o disposto neste Edital e seus Anexos e a responsabilidade pela autenticidade e fidelidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase do processo.

6.5. Poderá ser permitido que o(s) licitante(s) vencedor(es) ou contratado(s) sofra(m) processo de Fusão, Incorporação ou Cisão, desde que sejam observadas pela(s) nova(s) empresa(s) os requisitos de Habilitação e que sejam mantidas as condições estabelecidas no(s) contrato(s) original(is), quando já contratado, sendo que, em qualquer uma das hipóteses, a CAERD/RO deverá ser notificada do processo e deliberará sobre a sua aceitação, ou não, condicionada à análise por parte da Administração quanto à possibilidade de riscos de insucesso.

6.6. A subcontratação, conforme o Termo de Referencia anexo I do edital.

6.7. Caberá ao licitante interessado em participar deste Pregão Eletrônico:

a) Credenciar-se no SICAF por meio do site www.compras.gov.br;

b) Remeter a proposta no prazo estabelecido no subitem da proposta de preços de melhor oferta deste Edital, **exclusivamente por meio eletrônico, via internet**;

c) IN nº 01/2024/CAERD-RO :

Art. 59. As licitações processadas na modalidade pregão na sua forma eletrônica, observará as disposições do instrumento convocatório, e no que tange aos aspectos procedimentais, o disposto na Lei nº 14.133/2021 para esta modalidade.

Parágrafo único - A adoção da Lei 14.133/2021 na modalidade pregão, restringir-se-á ao rito dessa modalidade de licitação, observado o seguinte:

I - todos os atos relativos à fase de preparação e às exigências a serem realizados no edital serão regidos pelas disposições da Lei federal nº 13.303, de 2016 e deste Regulamento, inclusive no tocante aos veículos de publicação e prazos de divulgação do edital; prazos e regras para pedidos de esclarecimento; impugnação ao edital; sigilo do valor estimado da contratação; impedimentos e requisitos de habilitação; obrigatoriedade de negociação e sanções administrativas.

II - as normas da Lei Federal nº 14.133/2021 aplicam-se apenas para a etapa externa da licitação, a partir da sua sessão pública de abertura, ou seja, da fase de apresentação de lances ou propostas até a fase de interposição de recursos, sendo que os prazos para interposição de recursos e das contrarrazões será 05 (cinco) dias úteis, por força do art. 59 da Lei federal nº 13.303, de 2016, bem como os prazos citados no inciso I deste dispositivo seguirão as disposições da Lei federal nº 13.303 e Instrução Normativa nº 01/2024/CAERD-RO.

d) Comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a viabilidade do uso da senha, p

e) Utilizar-se de chave de identificação e da senha de acesso para participar do pregão na forma eletrônica;

f) Solicitar o cancelamento da chave de identificação ou da senha de acesso por interesse próprio.

6.8. Não será admitida nesta licitação a participação de empresas:

a) Empresas em processo de recuperação judicial ou em processo de falência, exceto se o plano de recuperação tenha sido homologado pelo juiz competente, sob concurso de credores, em dissolução ou em liquidação;

b) Empresas que estejam com o direito de licitar e contratar suspenso com a CAERD/RO e que tenham sido declaradas inidôneas pela União, por Estado ou pelo Distrito Federal, enquanto perdurarem os efeitos da sanção;

b1) constituída por sócio de empresa que estiver suspensa, impedida ou declarada inidônea;

b2) cujo administrador seja sócio de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea;

b3) constituída por sócio que tenha sido sócio ou administrador de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea, no período dos fatos que deram ensejo à sanção;

b4) cujo administrador tenha sido sócio ou administrador de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea, no período dos fatos que deram ensejo à sanção.

c) Empresa cujo administrador ou sócio detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital social seja diretor ou empregado da CAERD/RO;

d) Empresa constituída por sócio de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea, ou cujo o administrador seja sócio de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea;

e) Empresa constituída por sócio que tenha sido sócio ou administrador ou o administrador que tenha sido sócio ou administrador de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea, no período dos fatos que deram ensejo à sanção;

f) Empresa que tiver, nos seus quadros de diretoria, pessoa que participou, em razão de vínculo da mesma natureza, de empresa declarada inidônea;

g) Empresas estrangeiras que não estejam autorizadas a operar no País;

h) Pessoa física ou jurídica que tenha elaborado o anteprojeto ou o projeto básico da licitação;

i) Pessoa jurídica que participar de consórcio responsável pela elaboração do anteprojeto ou do projeto básico da licitação;

j) Pessoa jurídica da qual o autor do anteprojeto ou do projeto básico da licitação seja administrador, controlador, gerente, responsável técnico, subcontratado ou sócio, neste último caso quando a participação superar 5% (cinco por cento) do capital votante.

k) Pessoa jurídica na qual haja administrador ou sócio com poder de direção, familiar de:

k1) Detentor de cargo em comissão ou função de confiança que atue na área responsável pela demanda ou contratação ou de autoridade hierarquicamente superior no âmbito da CAERD/RO;

l) Empresa cujo o proprietário, mesmo na condição de sócio, tenha terminado seu prazo de gestão ou rompido seu vínculo com a CAERD/RO há menos de 6 (seis) meses;

m) Empresas que estejam enquadradas como cooperativas;

7. CREDENCIAMENTO

7.1. O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso o sistema eletrônico (art. 9º, § 1º, do Decreto nº 10.024, de 20/09/2019), devendo ser providenciado no sítio: www.compras.gov.br

7.2. O credenciamento do licitante no site do www.compras.gov.br dependerá também do credenciamento (nível básico do registro cadastral) no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF.

7.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade legal do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico (art. 19, Inciso III, do Decreto nº 10.024, de 20/09/2019).

7.4. A perda da senha ou quebra de sigilo deverá ser comunicada imediatamente ao provedor do sistema para imediato bloqueio de acesso.

7.5. O uso da senha de acesso pelo licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou à CAERD responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros (art. 19, Inciso III, do Decreto nº 10.024, de 20/09/2019).

7.6. Não será admitida nesta licitação a participação de empresas distintas por meio de um único representante.

7.7. A participação nesta licitação importa à proponente na irrestrita aceitação das condições estabelecidas no presente Edital, bem como a observância dos regulamentos, normas administrativas e técnicas aplicáveis, inclusive quanto a recursos. A não observância destas condições ensejará na sumária desclassificação da proponente.

7.8. Como requisito para participação no Pregão Eletrônico a Licitante deverá manifestar, em campo próprio do Sistema Eletrônico, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta de preços está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório, bem como a descritiva técnica constante do Anexo I - Termo de Referência do presente Edital e seus anexos, conforme especificado na **Instrução Normativa n. 001/2024/CAERD-RO**.

7.9. A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação e proposta sujeitará a Licitante às sanções previstas na Lei Federal nº. 13.303/2016.

8. DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO DA PROPOSTA DE PREÇOS

8.1. O julgamento da Proposta de Preços dar-se-á pelo critério de **Menor Preço por Item no modo de disputa ABERTO**, Conforme indicação escolhida no Termo de Referência anexo I do edital, observadas as especificações técnicas e os parâmetros mínimos de desempenho definidos no Edital e seus anexos, de acordo com a **Lei nº 13.303 de 2016 e Instrução Normativa nº 001/2024/CAERD-RO**.

8.2 A estimativa de custos para a contratação é **SIGILOSA**, conforme define o art. 34 da Lei Federal nº13.303/2016.

9. APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

9.1 Da Proposta Eletrônica.

9.1.1 A licitante deverá cadastrar sua Proposta, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, contendo a descrição do objeto, inclusive a marca, e o VALOR UNITÁRIO POR ITEM, até a data e horário marcados para abertura da sessão, quando então será encerrada automaticamente a fase de recebimento de propostas. Observação: Os preços unitários e totais da proposta a ser cadastrada / encaminhada no sistema Compras.gov.br não poderão exceder a 02 (duas) casas decimais. Havendo necessidade de arredondamento, este deverá dar-se para menor.

9.1.1.1 Nos preços constantes da Proposta deverão estar inclusos, dentre outros, IPI, ICMS, (inclusive Diferencial de Alíquota Interestadual de ICMS), mão de obra de fabricação, armazenamento, transporte, carga e descarga, leis sociais, impostos municipais, estaduais e federais, encargos e custos financeiros, custos de embalagem, frete, seguro, armazenamento provisório na fábrica, carga, transporte e descarga, enfim, tudo o que for necessário para o fornecimento e entrega do objeto, conforme especificado no Termo de Referência anexo I do edital.

Nota:

1) A empresa licitante deverá embutir nos seus preços, as alíquotas aplicáveis aos seus produtos/insumos, não podendo reclamar potenciais benesses tributárias em momento posterior ao certame.

9.1.2 A licitante deverá manifestar, em campo próprio do sistema eletrônico, o pleno conhecimento e atendimento aos requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências do Edital.

9.1.3 A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação, à conformidade da proposta ou ao enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte sujeitará o licitante às sanções previstas na legislação e neste Edital.

9.1.4 A proposta apresentada terá validade de 90 (noventa) dias, contados a partir da data de sua apresentação.

9.1.5 As microempresas e empresas de pequeno porte (Lei Complementar nº 123/2006), deverão se declarar como tais, em campo próprio do sistema eletrônico, desde que não enquadradas nas hipóteses do § 4º, do artigo 3º daquela lei.

9.1.6 O encaminhamento de proposta pressupõe o pleno conhecimento, concordância e atendimento às exigências do Edital. A licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

9.1.7 Somente serão consideradas as propostas que visem o fornecimento do objeto acabado, não cabendo à CAERD qualquer responsabilidade quanto ao fornecimento de matéria-prima ou componentes destinados ao fornecimento do objeto cotado.

9.1.8 Há obrigatoriedade de oferta para totalidade do objeto de cada item, sob pena de desclassificação da proposta.

9.1.9 A Licitante deverá obedecer rigorosamente aos termos deste Edital e de seus anexos.

9.1.10 Qualquer elemento que possa identificar a licitante importa desclassificação da proposta inicial cadastrada, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

9.1.11 As propostas das licitantes poderão ser enviadas, substituídas e excluídas até a data e hora de abertura do certame, definidas em Edital. Após o prazo previsto para acolhimento, o sistema não aceitará a inclusão ou alteração de propostas.

9.1.12 Os preços deverão ser cotados em reais.

9.1.13 Durante a sessão pública, a comunicação entre o Pregoeiro e os Licitantes ocorrerá exclusivamente mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico.

9.1.12 Todas as condições estabelecidas nos anexos serão tacitamente aceitas pelo proponente.

10. SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO ELETRÔNICO E ETAPA DE LANCES

10.1. Após a abertura das propostas, no horário previsto neste Edital, o Agente de Licitação dará início à Sessão Pública do Pregão Eletrônico.

10.1.1. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas e desclassificará, motivadamente, aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, cabendo, em caso de dúvida, diligenciar ao setor solicitante.

10.2. Somente as licitantes com propostas classificadas participarão da fase de lances.

- 10.3 Analisadas as propostas, as licitantes classificadas poderão apresentar lances através do sistema eletrônico, observado o horário estabelecido e as regras da aceitação dos lances.
- 10.4 Todas as propostas classificadas terão seus valores considerados como lances na fase de disputas.
- 10.5 Durante a sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, mantendo-se em sigilo a identificação do ofertante.
- 10.6 Durante a sessão pública, a comunicação entre o Pregoeiro e os licitantes ocorrerá exclusivamente mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico
- 10.7 Cabe ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública da licitação, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou de sua desconexão.
- 10.8. A etapa de envio de lances na sessão pública durará 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 2 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.
- 10.9 A prorrogação automática da etapa de envio de lances, de que trata o item 10.8 acima, será de 2 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive quando se tratar de lances intermediários.
- 10.10 Na hipótese de não haver novos lances na forma estabelecida nos itens 10.8 e 10.9, a sessão pública será encerrada automaticamente.
- 10.11 Encerrada a sessão pública sem prorrogação automática pelo sistema, nos termos do disposto no item 10.9, o Pregoeiro poderá, assessorado pela equipe de apoio, admitir o reinício da etapa de envio de lances, em prol da consecução do melhor preço, mediante justificativa.
- 10.12 O licitante somente poderá oferecer valor inferior ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema, observado, quando houver, o intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta.
- 10.13 Não serão aceitos dois ou mais lances do mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 10.14 Lances intermediários são aqueles iguais ou superiores ao menor já ofertado, porém inferiores ao último lance dado pelo próprio licitante.
- 10.15 Caso o proponente não realize lances, permanecerá o valor inicialmente proposto no sistema, para efeito da classificação final.
- 10.16 No caso de desconexão do Agente de Licitação com o sistema no decorrer da etapa competitiva do Pregão Eletrônico, o sistema eletrônico permanecerá acessível às licitantes para a recepção dos lances. O Agente de Licitação, assim que possível, dará continuidade ao certame, sem prejuízo dos atos realizados.
- 10.17 Quando a desconexão do Agente de Licitação persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos ou havendo inoperância do sistema por motivos alheios à vontade da CAERD, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente decorridas vinte e quatro horas após a comunicação do fato aos participantes, no sistema eletrônico.
- 10.18 Encerrada a etapa de lances, serão observados os procedimentos para o caso de participação de ME e/ou EPP.
- 10.19. Serão desclassificadas as propostas que não atenderem às exigências do presente Edital e seus Anexos, e que apresentarem irregularidades ou defeitos capazes de impedir o seu julgamento.
- 10.20. A desclassificação de proposta será sempre fundamental e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

11. ENVIO DE DOCUMENTAÇÃO ELETRÔNICA

11.1 A licitante classificada provisoriamente em primeiro lugar, para o respectivo item, deverá encaminhar, no site, num prazo máximo de 02 (duas) horas, contado da convocação por parte do Pregoeiro no sistema eletrônico, os seguintes documentos:

- a) A Proposta de Preços, conforme definido no item 12 deste Edital;
- b) Outros documentos listados no item 12, quando houver;
- c) Os documentos relativos aos requisitos não compreendidos ou não-válidos no SICAF;
- d) A documentação complementar relativa à habilitação (item 13 deste Edital).

Observações:

- 1) Os arquivos deverão ser enviados nas regras aceitas pelo sistema, preferencialmente compactados em ZipFile (extensão: “.zip”) ou em formato PDF. Os nomes dos arquivos não deverão conter espaços “em branco” nem caracteres especiais, conforme recomendações para o envio de Anexos/Planilhas do sistema Compras.gov.br
- 2) Os arquivos deverão estar liberados para leitura, sem senhas ou qualquer outro impedimento para sua abertura, sob pena de desclassificação da licitante.
- 3) Não será aceita outra forma de envio da documentação nessa fase da licitação.
- 5) Após transcorrido o prazo mencionado acima, não será considerado o envio de qualquer documento complementar ou retificador, salvo aqueles que vierem a ser requeridos por diligência.

11.2 Nos casos de novo arrematante do item, o prazo será o mesmo do informado no item 11.1, nas mesmas condições, a partir da convocação, que se dará por mensagem efetuada pelo Pregoeiro da Licitação.

11.3 O licitante que abandonar o certame, deixando de enviar a documentação indicada no item anterior, será desclassificado e estará sujeito às sanções previstas neste Edital.

12. PROPOSTA DE PREÇOS

12.1 A Proposta de Preços da melhor oferta, classificada em primeiro lugar, inicialmente encaminhada nos termos determinados pelo subitem 8.1 deste Edital, deverá ser REFORMULADA, após encerrada a fase de disputa dos lances, e enviada eletronicamente via sistema do portal www.compras.gov.br, concedendo-se, para esta providência, o prazo mínimo de 2 (duas) horas úteis, contado a partir da convocação realizada pelo Pregoeiro, com a composição do(s) item(ns), compreendendo a descrição do objeto, bem como todas as demais informações afins julgadas necessárias ou convenientes pela licitante declarada vencedora, e contemplando os valores unitário e global, devidamente atualizados, na qual deverá ainda constar explicitamente as seguintes informações:

a) Deverá ainda conter na proposta de preço as demais exigências do Termo de referência anexo I do edital;

b) A Carta de Apresentação da Proposta deverá constituir-se no primeiro documento da Proposta, devidamente datado e assinado pelo representante legal do licitante, e com prazo de validade será de 90 (noventa) dias, contados da data de sua apresentação, sujeita à revalidação por idêntico período. A Carta de Apresentação da Proposta deverá conter ainda os seguintes dados:

- Razão social, CNPJ e endereço completo do licitante, com e-mail, site, número de telefone, Banco, agência, número de conta corrente, praça de pagamento, e qualificação (nome, estado civil, profissão, CPF identidade, endereço e telefones fixo e celular) do dirigente ou representante legal, este mediante instrumento de procuração, que assinará o contrato no caso de o licitante ser o vencedor;

12.2. Nos preços unitários propostos deverão estar incluídos todos os custos seguro, transporte, carga e descarga do material, testes de fábrica e do campo, mão-de-obra, leis sociais, encargos sociais, trabalhistas, previdenciárias, securitárias, tributos (ICMS, PIS, COFINS, IRRF e IPI) e quaisquer encargos/taxas que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, nos serviços objeto deste Edital. No caso de omissão, considerar-se-ão como inclusas nos preços. Não deverão constar da proposta os tributos: Imposto de Renda Pessoa Jurídica – IRPJ e CSLL;

12.2.1 Prazo de entrega do objeto, conforme Termo de Referência anexo I do Edital.

12.3. É de responsabilidade do licitante arcar com todos os tributos incidentes. A proposta deverá indicar em reais os preços dos materiais e serviços ofertados, com menção discriminada da referida tributação. A concorrente será responsável por quaisquer acréscimos que ocorrerem pela não observância desta particularidade.

12.4. Será considerada a melhor proposta, a que apresentar o menor preço avaliado, para cada item ou, conforme critérios estabelecidos.

12.5 Não serão admitidos cancelamentos, retificações de preços ou alterações nas condições estabelecidas, uma vez abertas as propostas. Os erros, equívocos e omissões havidas nas cotações de preços serão de inteira responsabilidade da licitante, em caso de erro para menos, eximir-se do serviço do objeto da presente licitação, podendo sofrer as sanções cabíveis.

12.6. O (A) Pregoeiro (A) poderá suspender a sessão para análise das propostas de preços/anexos inseridas no sistema, com a finalidade de decidir quanto à aceitabilidade do objeto proposto e ainda verificar a conformidade do estabelecido no item 8 e seus subitens deste Edital;

12.7. O (A) Pregoeiro (a) caso julgue necessário submeterá a documentação relativa a proposta, apresentada pelos participantes a uma equipe técnica da Unidade solicitante do objeto, para que os mesmos analisem e emitam parecer técnico dos produtos ofertados.

12.8. O (A) Pregoeiro (a) se achar necessário poderá ainda solicitar parecer técnico de pessoas físicas ou jurídicas estranhas a ele, para orientar sua decisão.

12.9. Na verificação da conformidade da melhor proposta apresentada com os requisitos do instrumento convocatório, será desclassificada, conforme art. 56 da Lei 13.303/2016, aquela que:

a) Contenha vícios insanáveis;

b) Não obedeça às Especificações Técnicas previstas no instrumento convocatório;

c) Apresentem preços manifestamente inexequíveis ou permaneça acima do orçamento estimado para a contratação de que trata o § 1º do art. 57 da Lei 13.303/2016;

d) Não tenha sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração Pública; ou,

e) Apresente desconformidade com quaisquer outras exigências do instrumento convocatório, salvo se for possível a acomodação a seus termos antes da adjudicação do objeto e sem que se prejudique a atribuição de tratamento isonômico entre os licitantes.

12.10. Não serão admitidos cancelamentos, retificações de preços ou alterações nas condições estabelecidas, uma vez abertas as propostas. Os erros, equívocos e omissões havidas nas cotações de preços serão de inteira responsabilidade da licitante, em caso de erro para menos, eximir-se do serviço do objeto da presente licitação, podendo sofrer as sanções cabíveis.

12.11. O Pregoeiro poderá solicitar parecer técnico da Área de origem da licitação, para subsidiar no julgamento da proposta.

12.12. Se a proposta de preços da licitante classificada em primeiro lugar não for aceitável, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, verificando a sua aceitabilidade, na ordem de classificação, obedecidos os termos expressos no subitem 12.1, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao Edital.

12.13. O licitante que abandonar o certame, deixando de enviar a documentação indicada neste item, será desclassificado e sujeitar-se-á às sanções previstas neste Edital.

12.14. Os documentos apresentados, durante a Sessão Pública, emitidos em idioma estrangeiro, deverão ser devidamente traduzidos para a língua portuguesa, por tradutor juramentado e registrado no Cartório de Títulos e Documentos, arcando a licitante com todas e quaisquer despesas decorrentes da tradução.

13. DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

13.1 A habilitação jurídica visa a demonstrar a capacidade de o licitante exercer direitos e assumir obrigações, e a documentação a ser apresentada por ele limita-se à comprovação de capacidade jurídica da pessoa e, quando cabível, de autorização para o exercício da atividade a ser contratada, podendo ser exigida para tanto a apresentação de:

13.1.1 A documentação exigida para atender aos itens referentes à habilitação jurídica, regularidade fiscal e trabalhista, e qualificação econômico-financeira (quando aplicável), poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF do Ministério da Economia (Consulta Situação de Fornecedor) como habilitação.

13.1.2. Na hipótese de haver documentos com prazo de validade vencido junto do SICAF, a licitante vencedora deverá apresentar a documentação correspondente com prazo de validade em vigor;

13.1.3. Em se tratando de documentos emitidos via Internet, sua veracidade será confirmada através de consulta realizada nos sítios correspondentes.

13.1.4. No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país deverá apresentar, também, o decreto de autorização ou o ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

13.1.5. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos estaduais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda Estadual do domicílio ou sede do fornecedor, ou outra equivalente, na forma da lei.

13.1.6. O licitante **enquadrado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá declarar, em campo próprio do Sistema, que atende aos requisitos do art. 3º da LC nº 123/2006**, para fazer jus aos benefícios previstos nessa lei.

13.1.7. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal das Micro empresas ou empresas de pequeno porte, será concedido o prazo de 05 (cinco) dias úteis para regularização da documentação, conforme os termos do art. 43 e seus §§ da Lei Complementar nº 123/2006 e alterado pela Lei Complementar Nº 147/14.

13.1.8. A não-regularização da documentação, no prazo previsto, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 13.303 de 2016, sendo facultado à CAERD convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do Contrato, ou revogar a licitação.

13.2 RELATIVOS À QUALIFICAÇÃO JURÍDICA:

a) De acordo com a **Instrução Normativa nº. 01/2024/CAERD-RO** A habilitação jurídica visa a demonstrar a capacidade de o licitante exercer direitos e assumir obrigações, e a documentação a ser apresentada por ele limita-se à comprovação de capacidade jurídica da pessoa e, quando cabível, de autorização para o exercício da atividade a ser contratada, podendo ser exigida para tanto a apresentação de:

b) cédula de identidade, no caso de licitante pessoa física;

c) Registro na Junta Comercial, no caso de empresa individual, com demonstração atualizada dos objetos sociais, indicando o ramo de atividade compatível com o objeto solicitado.

d) Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social, ou outro instrumento equivalente, com todas as suas alterações em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, para a demonstração do ramo de atividade compatível com o objeto solicitado.

e) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício.

f) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento, expedido pelo Órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

g) Se a empresa se fizer representar por procurador, faz-se necessário a apresentação da cópia de sua cédula de identidade e de outorga, por instrumento público ou particular, com menção expressa de que lhe confere amplos poderes. Se a outorga se der por instrumento particular, esta deve vir acompanhada de cópia do ato de constituição da empresa ou do ato de investidura na direção da empresa.

h) Cédula de identificação dos sócios ou do diretor ou do proprietário ou do representante legal da empresa.

i) Certidão Negativa CAGEFIMP – Cadastro Geral de Fornecedores e Impedidos de Participar de Licitação ou Contratar com a Administração Pública do Estado de Rondônia, nos termos do art. 89, inciso VIII, da IN nº 01/2024/CAERD-RO.

13.2.1. Além das documentações acima , todos tem apresentar as exigências solicitadas no item 10.1 (HABILITAÇÃO JURÍDICA) do Termo de Referencia anexo I do edital.

13.3. RELATIVOS À REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

a) Comprovação de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

b) Prova de regularidade perante a Fazenda federal;

c) Prova de regularidade Estadual e/ou municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

d) Certidão de Regularidade do FGTS, relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

e) Prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho, mediante apresentação de Certidão de Regularidade de Débito – CNDT, para comprovar a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho

Todos tem apresentar as exigências solicitadas no item 10.4. (Regularidade Fiscal e trabalhista) do Termo de Referencia anexo I do edital.

13.4 RELATIVOS À QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

13.4.1. A habilitação econômico-financeira visa a demonstrar a aptidão econômica do licitante para cumprir as obrigações decorrentes do futuro contrato, podendo a CAERD exigir para esse fim:

13.4.2 Os licitantes que não estiverem cadastrados no Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores - SICAF no nível da

Qualificação econômico-financeira, conforme Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 3, de 2018, deverão apresentar a seguinte documentação:

I - apresentação de balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis pertinentes ao último exercício social ou aos 2 (dois) últimos exercícios sociais, conforme avaliação de risco elaborada na fase de planejamento da contratação;

II - apresentação de certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo cartório distribuidor da sede do licitante.

Todos tem apresentar as exigências solicitadas no item 10.3. (Qualificação Econômico Financeira) do Termo de Referência anexo I do edital.

13.5 RELATIVO À QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

13.5.1 As licitantes deverão apresentar Atestado de Capacidade Técnica emitida por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que a licitante forneceu o produto compatível com o objeto da presente licitação.

13.5.2 O(s) Atestado(s) ou Declaração(ões) deverá(ão) ser emitido(s) em papel timbrado da emitente, datado e assinado e, deverá se referir a fornecimentos concluídos, com especificação do produto oferecido, e informações relativas ao desempenho da entrega.

13.5.3 Todos tem apresentar as exigências solicitada no item 10.2 (Qualificação Técnica) do Termo de Referência anexo I do edital.

13.5.4. Conforme art. 56 parágrafo 2º da Lei Federal 13.303/16 e **Art. 48 da Instrução Normativa N. 01/2024/CAERD-RO**, a Administração, por meio do (a) Pregoeiro (a) ou de outro (s) servidor (es) designado (s), poderá, ainda, caso haja necessidade, diligenciar para certificação da veracidade das informações acima, ou quaisquer outras prestadas pela empresa licitante durante o certame, sujeitando o emissor às penalidades previstas em lei caso haja ateste informações inverídicas;

13.5.5. Será assegurado às empresas que tenham declarado sob as penas da lei a condição de ME/EPP e que não incorram nas hipóteses de desenquadramento, a possibilidade de regularização da documentação para habilitação pertinente à regularidade fiscal, na forma prevista pelo art. 43 da Lei Complementar nº 123/06, alterado pela Lei Complementar Nº 147/14.

13.5.6. As microempresas e empresas de pequeno porte e equiparados, por ocasião da participação no certame licitatório, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal (mesmo que esta apresente restrição), trabalhista, habilitação jurídica, qualificação econômico-financeira e qualificação técnica, (Art. 4º e LC 123/06, Art.43, e alterado pela Lei Complementar Nº 147/14).

13.5.7. Não serão aceitos “protocolos de entrega” ou “solicitação de documento” em substituição aos documentos requeridos no presente Edital e seus Anexos.

13.5.8. Para fins de habilitação, serão requisitados ainda:

13.5.8.1. **DECLARAÇÃO** de que a empresa é beneficiária do regime especial das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte para as aquisições e contratações pelo Poder Público, nos termos da Lei Complementar Federal nº 123/2006, se for o caso. **Esta declaração deverá ser entregue de forma virtual, ou seja, o fornecedor no momento da elaboração e envio de proposta, também enviará a referida declaração;**

13.5.8.2 Consulta ao Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com a Administração Pública Estadual – CAGEFIMP, instituído pela Lei Estadual nº 2.414, de 18 de fevereiro de 2011 e Cadastro Integrado do CEIS/CNEP.

13.5.9. Sob pena de inabilitação, todos os documentos deverão ser apresentados da seguinte forma:

a) se o licitante for matriz, todos os documentos deverão ser apresentados em nome da matriz;

b) se o licitante for filial, todos os documentos deverão estar em nome da mesma, exceto aqueles que, comprovadamente, forem emitidos apenas em nome da matriz;

c) se o licitante for a matriz, mas a prestadora do objeto deste edital ou a emissora da fatura/nota fiscal for filial, os documentos deverão ser apresentados em nome de ambas, matriz e filial.

13.5.10. Caso o (a) Pregoeiro (a) necessite convocar alguma (s) empresa (s) para o envio de documentação complementar, relativa à documentação proposta e habilitação, a (s) Licitante (s) convocada (s) deverá (ão) anexar em campo próprio do Sistema dentro do prazo estipulado no edital a documentação solicitada, sob pena de inabilitação.

13.5.11. Os arquivos deverão ser enviados nas regras aceitas pelo sistema, preferencialmente compactados em ZipFile (extensão: “.zip”) ou em formato PDF. Os nomes dos arquivos não deverão conter espaços “em branco” nem caracteres especiais, conforme recomendações para o envio de Anexos/Planilhas do sistema Compras.gov.br

13.5.12. O PRAZO MÁXIMO PARA O ENVIO DOS ANEXOS DA PROPOSTA E DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO, DE ACORDO COM O ITEM ACIMA (SE SOLICITADO PELO (A) PREGOEIRO (A)) DEVERÁ SER DE ATÉ 120 (CENTO E VINTE) MINUTOS, OS QUAIS DEVERÃO SER ANEXADOS SOMENTE ATRAVÉS DO CAMPO PRÓPRIO DO SISTEMA, sob pena de inabilitação.

13.5.13. O (a) Pregoeiro (a) poderá suspender a sessão para análise da documentação de habilitação, em conformidade com o estabelecido no edital;

13.5.14 O não atendimento das exigências do edital ensejarão à Licitante a sua INABILITAÇÃO, e as sanções previstas neste Edital e nas normas que regem este Pregão.

13.5.15 Na fase de Habilitação, depois de ACEITO, o (a) Pregoeiro (a) HABILITARÁ a Licitante, em campo próprio do sistema eletrônico.

13.5.16 Fica esclarecido que o não encaminhamento, pelo campo próprio do Sistema, dos documentos atualizados relativos à regularidade jurídica, fiscal e econômico-financeira imediatamente após o julgamento dos preços ofertados nas propostas e lances,

significará que a licitante optou por demonstrar tal regularidade por meio do Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF ou Certificado de Registro no Cadastro de Fornecedores da CAERD - CRCF/RO.

13.5.17 Se os demais documentos de propostas e habilitação não estiverem completos e corretos ou contrariarem qualquer dispositivo deste Edital e seus Anexos, o (a) Pregoeiro (a) considerará o proponente inabilitado, devendo instruir o processo com vistas a possíveis penalidades.

HABILITAÇÃO: Benefícios às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte:

13.6. Nos termos do art. 42 da Lei Complementar nº 123/2006 e do Decreto nº 8.538/2015, em se tratando das microempresas ou empresas de pequeno porte, a comprovação de regularidade fiscal e trabalhista somente será exigida para efeito de contratação. Contudo, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição (art. 43, caput da Lei Complementar n.º 123, de 14/12/2006).

13.7. Na hipótese de haver alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e/ou trabalhista, quando da comprovação de que trata o subitem acima, será assegurado o prazo de **5(cinco) dias úteis**, da divulgação do resultado da fase de habilitação, prorrogável por igual período, a critério da CAERD, mediante justificativa do licitante, para a regularização da documentação, a realização do pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa (art. 43, § 1º, da Lei Complementar n.º 123, de 14/12/2006).

13.8. A comprovação de regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte é condição para assinatura do contrato.

13.9. A não-regularização da documentação dentro do prazo previsto no subitem 13.7 acima, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no previstas no Capítulo II, Seção III da Lei nº 13.303/2016, de 30/6/16, sendo facultado à CAERD convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a contratação do objeto de que trata este Edital, ou revogar a licitação (art. 43, § 2º, da Lei Complementar n.º 123, de 14/12/2006).

14. DOS RECURSOS

14.1 O Pregoeiro declarará o vencedor e, depois de decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista de microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, concederá o prazo de no mínimo quinze minutos, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra quais decisões pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.

14.2 Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

14.3 Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

14.4. A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.

14.5. Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de 5 (cinco) dias úteis para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros cinco dias úteis, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

14.5.1. Os autos do processo permanecerão com aos interessados através do sistema SEI/RO

14.6. As razões dos recursos deverão ser apresentadas por escrito, tempestivamente, via sistema através do portal do Compras Governamentais (www.compras.gov.br), dirigidas ao Pregoeiro, que os analisará e quando mantiver sua decisão, encaminhará os autos à Autoridade Competente que, neste caso, deverá decidir sobre o recurso.

14.7. Não serão considerados os recursos interpostos após os respectivos prazos legais, bem como os que não forem apresentados na forma estabelecida no subitem acima.

15. DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

15.1. Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior da unidade demandante para adjudicar o objeto e homologar o procedimento, observado as regras só sistema do Comprasnet

15.2. Adjudicação/homologação da licitação é de responsabilidade da Autoridade Competente.

16. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA/CUSTOS

16.1 Conforme especificações contidas no **Termo de Referência, anexo I do edital**.

17. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

17.1 Conforme especificações contidas no **Termo de Referência, anexo I do edital**.

18. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

18.1 Conforme especificações contidas no **Termo de Referência, anexo I do edital**.

19. SANÇÕES E PENALIDADES

19.1 As sanções e penalidades serão as estabelecidas na **Instrução Normativa da CAERD nº 01/2024-RO** e no **Termo de Referência, anexo I do edital**.

20. CONDIÇÕES GERAIS

20.1 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário pelo Pregoeiro.

20.2. No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das

propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

20.3. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

20.4. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

20.5. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

20.6. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

20.7. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

20.8. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

20.9. Esta licitação é regida pela Lei nº 13.303/2016 e suas alterações (disponível no site <https://transparencia.caerd.ro.com.br/licitacoes> e pela Instrução Normativa de Licitações e Contratações da CAERD Nº 01/2024. (disponível no site <https://transparencia.caerd.ro.com.br/licitacoes> (site alternativo).

20.10. E demais disposições conforme especificações contidas no Termo de Referência, anexo I do edital.

21. GARANTIA

21.1. Conforme especificações contidas no **Termo de Referência, anexo I do edital.**

22. PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIO

22.1 Conforme especificado no **Termo de Referência, anexo I do edital.**

23. REJEIÇÃO

23.1. A CAERD assiste o direito de recusar quaisquer materiais e serviços do Objeto, que na fase de entrega não estejam em conformidade com o ajustado, através de ato de recusa, conforme especificações contidas no **Termo de Referência, anexo I do edital.**

24. DOS ANEXOS

Acompanham este Edital os seguintes Anexos:

Anexo I Termo de Referência e seus anexos:

Porto Velho – RO, 08 de Junho de 2026.

DALMON LOPES RODRIGUES

Pregoeiro/CAERD

ANEXO I DO EDITAL

TERMO DE REFERENCIA

1. INTRODUÇÃO:

Em cumprimento ao artigo dispostos na Lei Nº. 13.303/16 e demais normas pertinentes, elaboramos o presente Termo de Referência, para que seja efetuada a Aquisição de hidrômetros para medição do consumo de água em unidades consumidoras atendidas pela Companhia de Águas e Esgotos de Rondônia (CAERD).

2. OBJETO:

Aquisição de hidrômetros velocimétricos DN15 e DN20.

3. OBJETIVO:

Este Termo de Referência tem por objetivo estabelecer os critérios, as especificações técnicas e as condições a serem observadas pela CAERD no processo de aquisição de hidrômetros velocimétricos, nos diâmetros nominais DN 15 e DN 20, destinados à substituição de equipamentos obsoletos, à ampliação do parque de hidrômetros e à manutenção de estoque estratégico da Companhia, no exercício de 2026.

A aquisição dos referidos medidores mostra-se necessária para a atualização do parque de hidrômetros da CAERD, sendo imprescindível para assegurar a medição precisa e eficiente das vazões, condição essencial para o controle de desperdícios e para a cobrança justa e adequada do consumo de água. Ademais, a modernização dos equipamentos contribui para o aprimoramento da eficiência da medição nessa faixa de consumidores, bem como para a redução das perdas físicas e das perdas decorrentes da ineficiência do faturamento.

Ressalta-se, ainda, que o combate ao desperdício impacta diretamente na redução das despesas operacionais da Companhia, especialmente no que se refere à diminuição do consumo de produtos químicos e de energia elétrica.

4. FUNDAMENTO LEGAL:

Considerando que o objeto da presente contratação consiste na aquisição de hidrômetros velocimétricos DN 15 e DN 20, classificados como bens comuns, cujas especificações técnicas são padronizadas e amplamente disponíveis no mercado, mostra-se possível a definição objetiva dos requisitos de desempenho e qualidade, permitindo a comparação das propostas com base em critérios objetivos.

Diante dessas características, a contratação deverá ser realizada por meio da modalidade **Pregão**, preferencialmente na forma eletrônica, nos termos do **art. 32, inciso IV, da Lei nº 13.303/2016**, que trata da aquisição de bens comuns, com especificações usuais de mercado, adotando-se o Sistema de Registro de Preços, em razão da natureza continuada da demanda e da necessidade de aquisições futuras e parceladas, conforme a conveniência e a disponibilidade orçamentária da CAERD.

A utilização do Sistema de Registro de Preços justifica-se pela necessidade de manter estoque estratégico de hidrômetros, bem como pela imprevisibilidade quanto ao quantitativo exato a ser demandado ao longo do exercício de 2026, possibilitando maior flexibilidade na gestão das aquisições, sem a obrigatoriedade de contratação imediata da totalidade do quantitativo estimado. Além disso, o pregão com registro de preços assegura maior competitividade, economicidade e eficiência, permitindo à CAERD selecionar a proposta mais vantajosa, com redução de custos administrativos e otimização dos recursos públicos, em conformidade com os princípios que regem as contratações das empresas estatais.

5. DA JUSTIFICATIVA:

A solicitação se justifica para que se dê continuidade ao programa de micromedição da CAERD, que tem por finalidade a adequada manutenção do parque de hidrômetros da Companhia, com o intuito de se proceder com a cobrança justa pelo uso da água. A adequada gestão do parque de hidrômetros é ação fundamental no programa de redução das perdas comerciais de água e incremento do faturamento para empresas de saneamento. A aquisição destes hidrômetros destina-se para instalação nas ligações sem hidrômetro, substituição dos hidrômetros com mais de 10 (dez) anos de instalação e ligações com ocorrências de leitura em todas as Gerências Operacionais da CAERD, bem como executar as manutenções mais urgentes, como as anormalidades de leituras que influenciam no faturamento da empresa e nas manutenções preventivas e corretivas. Sendo a política de medição da CAERD a de não fazer novas ligações de água sem a instalação de hidrômetros, essa aquisição de hidrômetros também se destina a dar cobertura de novas ligações que foram executadas sem hidrômetros, conforme o relatório de ligações ativas não hidrometradas.

6. DA MODALIDADE, DO REGIME DE CONTRATAÇÃO E DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

6.1. Deverá ser selecionada a proposta mais vantajosa para a CAERD, devendo ser processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos, conforme Art. 31 da Lei nº. 13.303/2016.

Fundamentos Legal	Lei nº.13.303/16 e suas alterações posteriores e demais normas legais e regulamentos pertinentes, sujeitando-se a licitante, INCONDICIONAL E IRRESTITAMENTE.
Procedimento	Meio administrativo isonômico possibilitando aos interessados participarem do certame no mesmo nível de igualdade conforme os diplomas da Lei nº.13.303/16, da IN nº 02/2025/CAERD-RO, e no que couber o disposto no inciso I, Art.28, da lei 14.133/21.
Modalidade	Pregão Eletrônico, nos termos do art. 57, 58 e 59 da IN nº 02/2025/CAERD-RO, modo de disputa aberto.
Critério de Julgamento	A forma de aquisição deverá ser na modalidade Registro de Preços, o critério de julgamento será o "MENOR PREÇO POR ITEM" levando em consideração as peculiaridades do mercado, o princípio da economicidade e da eficiência administrativa em consonância com o Art.29, Inciso II da Lei 13.303/16.

6.2. A estimativa de custos para a contratação é SIGILOSA, conforme define o art. 34 da Lei Federal nº 13.303/2016.

7. DA JUSTIFICATIVA DA UTILIZAÇÃO DO SISTEMA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:

7.1. Verificamos que em razão da constante demanda da CAERD pelo produto objeto deste Termo de Referência se faz necessário a aquisição do mesmo ao longo do ano, o que justifica a realização do Registro de Preços o qual terá vigência de 12 meses para atender a estas demandas.

7.2. A aquisição por meio de Sistema de Registro de Preços, disciplinada pelo Artigo 63, inciso III da Lei 13.303/2016, possibilitará a entrega do produto em tantas parcelas quanto forem necessárias, de acordo com as demandas das unidades operacionais da CAERD.

7.3. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, ficando facultada a realização de licitação específica para aquisição, sendo assegurada ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

8. DA FORMA, DO MODO DE DISPUTA E DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

8.1. A Instrução Normativa nº 02/2025/CAERD-RO - Aquisições de Materiais, Obras e Serviços da CAERD prevê que as licitações deverão ser realizadas preferencialmente sob a forma eletrônica, motivo pelo qual será adotada;

8.2. O **modo de disputa** a ser adotado será o **aberto**, no qual os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, permitindo a obtenção de propostas mais vantajosas para a CAERD, em consonância com os princípios da economicidade, eficiência e isonomia.

8.3. O **critério de julgamento** será o de **menor preço**, tendo em vista que o objeto possui padrões de qualidade e desempenho previamente definidos neste Termo de Referência, sendo possível a comparação objetiva das propostas, sem prejuízo da observância às especificações técnicas exigidas.

8.4. A adoção da forma eletrônica, do modo de disputa aberto e do critério de julgamento pelo menor preço revela-se adequada e suficiente para assegurar a seleção da proposta mais vantajosa para a CAERD, em conformidade com as disposições da Lei nº 13.303/2016 e com o regulamento interno de licitações e contratos da Companhia.

8.5. Ainda assim, a avaliação da proposta será realizada pela Divisão de Compras – DVCP, observando-se os princípios da vantajosidade, economicidade e eficiência, conforme previsto na legislação vigente.

8.6. Para fins de aceitação da proposta, será adotado o critério de “**Menor Preço**”, com base em pesquisa de preços atualizada, de forma a comprovar que os valores e condições apresentados continuam compatíveis com os praticados no mercado.

8.7. A contratação somente será efetivada caso fique demonstrada a **vantajosidade para a Companhia de Águas e Esgotos de Rondônia – CAERD**, nos termos da pesquisa de preços realizada e das demais exigências deste Termo de Referência.

9. DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS E ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS:

Os medidores devem ser designados pelo valor numérico da vazão permanente Q3 em m³/h e pela relação Q3/Q1. O valor de Q3 expresso em m³/h deve ser selecionado conforme Tabela 1:

Tabela 1 - Vazões permanentes Q3

1	1,6	2,5	4	6,3
10	16	25	40	63
100	160	250	400	630
1000	1600	2500	4000	6300

O valor da relação Q3/Q1 deve ser selecionado de acordo com a Tabela 2:

Tabela 2 - Relação Q3/Q1

40	50	63	80	100
125	160	200	250	315
400	500	630	800	1000

9.1. DAS CARACTERÍSTICAS E QUANTIDADES

ITEM	ESPECIFICAÇÕES	QUANTITATIVO
01	Hidrômetro Unijato DN15 (1/2") com 115 mm de comprimento com conexão em PP com inserto metálico e Q3 = 1,6 m ³ /h, R125, classe de blindagem II e corpo em liga de cobre com relojoaria inclinada a 45° + proteção lateral e tampa giratória 360°.	20.000
02	Hidrômetro Unijato DN20 (3/4") com 115 mm de comprimento com conexão em PP com inserto metálico e Q3 = 1,6 m ³ /h, R125, classe de blindagem II e corpo em liga de cobre com relojoaria inclinada a 45° + proteção lateral e tampa giratória 360°.	20.000
03	Hidrômetro Multijato DN20 (3/4") com 190 mm de comprimento e Q3=2,5 m ³ /h, R160, classe de blindagem II e corpo em liga de cobre com relojoaria inclinada a 45° + proteção lateral e tampa giratória 360°.	5.000
04	Hidrômetro Unijato DN15 (1/2") com 115 mm de comprimento com conexão em PP com inserto metálico e Q3=1,6 m ³ /h, R100, classe de blindagem II e corpo em composite com relojoaria inclinada a 45° + proteção lateral e tampa giratória 360°.	5.000

Características Construtivas

Os medidores de água devem ser do tipo velocimétrico multijato e unijato;

Os medidores devem apresentar características de robustez contra manipulações e/ou possuir dispositivos que assegurem a sua inviolabilidade, ou identifiquem a ocorrência de manipulação e/ou violação, bem como a sua lacração com o ramal;

9.1.1. Lacração

O medidor deve possuir sistema de travamento e/ou lacração que dificulte e deixe vestígios de fraude por violação/manipulação da cúpula/relojoaria e mecanismos do medidor;

O sistema deve assegurar a inviolabilidade do instrumento de medição contra qualquer modificação, ajuste, remoção de componentes, entre outros, não autorizados;

Deverá conter código de barras e respectiva numeração indelével não removível, apresentar no corpo o logotipo da EMPRESA, número da autorização do INMETRO e o logotipo do INMETRO em alto ou baixo relevo;

9.1.2. Cúpula

Deve ser cúpula de termoplástico especial com alta resistência a impactos e excelente transparência, envolvendo toda a lateral com base inteiriça em cobre, latão ou inox AISI 304 ou aro de liga de cobre com fundo em plástico de engenharia. Ser a prova de condensação de vapor de água e proteção IP68;

Deve ser resistente a ação dos raios solares, bem como o mostrador da relojoaria e sua gravação, e protegida por uma tampa plástica articulada.

9.1.3. Tampa Protetora

Os medidores deverão ser providos de tampa protetora que deve cobrir o visor de tal forma a protegê-lo contra deposição de poeira ou

outros agentes externos;

Deverá ter abertura total de pelo menos 180 graus;

Para evitar acúmulo de água, as tampas devem possuir furos ou outro dispositivo que impeça este acúmulo.

9.1.4. **Relojoaria**

O dispositivo indicador deverá ser do tipo seco;

Deve ser fixado diretamente na carcaça por anel de fechamento rosqueado sem trava não desmontável. A relojoaria não deve permitir condensação em condições normais de utilização;

O sistema de leitura do medidor deve ter inclinação de 45° em relação ao plano horizontal;

O volume expresso em m³ deve ser indicado através de sistema de leitura direta com totalizador em cifras saltantes. Os dígitos devem ser de cor preta sobre o fundo branco;

O volume expresso em litros deve ser uma combinação de um sistema de leitura direta e indireta com totalizador de cifras saltantes e ponteiros. Os dígitos devem ser na cor vermelha sobre fundo branco;

A escala de cada elemento do totalizador deve conter 10 algarismos. O avanço de qualquer dígito deve ser completar quando o dígito de valor imediatamente inferior completar o último décimo de sua trajetória;

O mostrador deverá indicar o valor da Q3;

Deverá possuir a numeração sequência e o código de barras;

Deverá possuir o logotipo da CAERD, mediante prévia aprovação de modelo. O fornecedor deverá encaminhar proposta de layout do mostrador antes do primeiro fornecimento;

As relojoarias dos medidores deverão possuir ajuste giratório (orientável) com limite para evitar o giro completo de 360° suportando o torque de 1Nm, exceto se o medidor em teste for qualificado como medidor pré-equipado.

9.1.5. **Carcaça**

Material da Carcaça

O material a ser utilizado na fabricação da carcaça será em liga metálica com no mínimo 60% de cobre e de composite para o item 4 da tabela **DAS CARACTERÍSTICAS E QUANTIDADES (3.2)**.

A carcaça deverá suportar uma pressão estática de 20Kgf/cm² sem sofrer deformações nem apresentar falhas.

9.1.6. **Identificação**

As carcaças dos medidores devem ter as seguintes indicações em relevo:

Seta indicando o sentido de escoamento de água em ambos os lados;

Número correspondente a vazão máxima em ambos os lados;

Sinais + (mais) e – (menos) no dispositivo de regulagem;

Numeração sequencial de fábrica, em ambos os lados da carcaça.

Os medidores devem ter em ambos os lados de sua carcaça, campo para receber numeração. Este campo deve ser plano ou não e obedecer às seguintes condições:

Ser paralelo ao plano vertical que passa pelo eixo de tubagem do medidor;

Ter comprimento mínimo de 40mm;

Ter largura mínima de 6mm ou

Ser constituído por dois campos sobrepostos com área equivalente a opção anterior, levando-se em conta as dimensões mínimas dos caracteres (4mm de altura e 2mm de largura) e um espaçamento mínimo de 0,7mm.

9.1.7. **Numeração dos medidores**

As dimensões mínimas dos caracteres, de acordo com a modalidade da superfície, encontram-se descritas na Tabela 1.

A numeração deve ser única, obedecendo a um sistema de 12 dígitos alfanuméricos, conforme NBR 8194:2019.

A numeração deverá constar no mostrador (relojoaria) e em fita adesiva afixada na parte interna da tampa. Esta etiqueta deverá ser confeccionada em material que permita a sua retirada e fixação nas ordens de serviço de campo sem se danificar.

9.1.8. **Dispositivo de Regulagem**

Quando o dispositivo de regulagem apresentar parafuso de ajuste, este deverá ser de material antiengripante ou autolubrificante;

Os parafusos de proteção dos dispositivos de regulagem devem ser de material metálico se ele for parte do sistema de lacração;

O dispositivo de regulagem deve ser lacrado, para garantir sua inviolabilidade;

O dispositivo de regulagem deve ter indicado o sinal para juste positivo (+) e sinal para ajuste negativo (-).

9.1.9. **Código de Barras para Medidores**

Deverá possuir uma identificação em código de barras com número de série do medidor, no mostrador ou na carcaça (parte plástica) que tem por objetivo facilitar a identificação de cada medidor, agilizando a captura das informações nas diversas etapas do processo, seja nos ensaios amostrais, seja no recebimento, seja no controle de fluxo de instalação na rede, seja nas inspeções para Laudo Técnico, ou até mesmo nas retiradas de medidores da rede para efeito de manutenções corretiva, preventiva e adequações.

9.1.10. **Conexões**

Salvo instrução em contrário, os medidores devem ser fornecidos conforme a tabela do item 9.1.

9.1.11. **Filtros**

O filtro deverá ser construído de material resistente a corrosão, e com área filtrante efetiva igual ou superior a duas vezes a área da seção de entrada da câmara do mecanismo do medidor;

O filtro deve impedir a passagem de uma esfera de diâmetro 2,50mm para os medidores de vazão permanente (Q3) menor ou igual a 10m³/h e esfera de diâmetro 5,00mm para medidores de vazão permanente (Q3) de 16m³/h.

9.1.12. **Blindagem Magnética**

O medidor quando de transmissão magnética, devem ser dotados de blindagem magnética de modo que funcione adequadamente quando imersos em um campo magnético gerado por ímãs externos.

9.2. ENSAIOS E CRITÉRIOS DE APROVAÇÃO

Estas especificações estabelecem as condições gerais e características técnicas mínimas relativas aos critérios gerais de ensaio, qualificação e recebimento de medidores de água.

9.2.1. Condições de Ensaio de Recebimento

Os ensaios deverão ser acompanhados por 02 (dois) representantes da CAERD, sendo um obrigatoriamente qualificado em hidrometria. As atividades em questão deverão ser realizadas em instituição externa ou nas instalações do fornecedor, desde que pertençam a Rede Brasileira de Laboratórios de Ensaio (RBLE) ou estejam certificadas por órgão integrante da Rede Brasileira de Metrologia Legal e Qualidade

-Inmetro (RBMLQ-I) de sua jurisdição. Todos os custos para a realização das inspeções (deslocamentos, passagens aéreas, hospedagem, alimentação etc.), correrão por conta do fabricante/fornecedor.

No caso de o fabricante ser de origem estrangeira e não sendo possível a realização da inspeção no Brasil nas condições acima citada, fica a contratada responsável por prever e assumir os custos adicionais das atividades de inspeção no país de referência, disponibilizando todas as condições necessárias para o acompanhamento das mesmas. Neste caso, todos os custos adicionais como a disponibilidade de intérprete para acompanhamento em fábrica (se necessário), correrão por conta do fabricante/fornecedor.

A contratada deverá dar suporte técnico para instalação e preparação dos equipamentos durante a realização dos ensaios, quando os mesmos forem efetuados nas suas instalações ou em laboratório contratado pela mesma. Este suporte técnico não deverá ter ônus adicional a CAERD e a recusa deste será motivo de rejeição dos equipamentos.

Reserva-se a CAERD o direito de recusar, todo ou qualquer equipamento considerado defeituoso, ou que, depois de inspecionado, não venha acompanhado de aprovação pelo serviço de inspeção de qualidade ou, ainda, que tenha sido danificado no transporte ou na descarga, obrigando-se a contratada a substituí-lo sem qualquer ônus adicional.

9.2.2. Critérios dos Ensaios

Os ensaios a seguir descritos deverão ser executados na ordem sequencial e na discriminação estabelecida na Especificação Técnica, sendo cada um deles eliminatório, ou seja, a reprovação em qualquer um dos ensaios implicará na rejeição do lote de entrega e os ensaios subsequentes não serão realizados. A aprovação do lote de entrega está condicionada a aprovação em todos os ensaios.

O plano de amostragem adotado será Amostragem Dupla Normal, Nível de Inspeção S4, NQA 2,5 para ensaio hidrostático e NQA 4,0 para os demais ensaios, podendo a critério da CAERD, alterar para o Simples Normal, Nível de Inspeção S2 e NQA 4,0 (Tabela 02).

Os ensaios aplicáveis são os seguintes:

- 1º Inspeção Visual
- 2º Inspeção Dimensional
- 3º Pressão Estática
- 4º Determinação dos Erros de Indicação
- 5º Repetitividade
- 6º Blindagem Magnética
- 7º Eficiência de Transmissão Magnética
- 8º Ensaio de Cut-off
- 9º Escoamento Reverso
- 10º Perda de Pressão
- 11º Ensaio de Durabilidade
- 12º Cálculo do Desvio e IDM
- 13º Estanqueidade do Dispositivo Indicador
- 14º Resistência a Impacto
- 15º Perfuração do Dispositivo Indicador
- 16º Saída de Comunicação

Todos os ensaios, exceto os itens 10º e 15º, estão definidos na Tabela 1, onde está representado o tamanho da amostra e os respectivos números de aceitação (Ac) e rejeição (Re), em função do tamanho do lote a ser entregue.

Para o ensaio de perda de pressão (item 10º), o tamanho da amostra corresponde a 01 (um) medidor de água.

Para o ensaio perfuração do dispositivo indicador (item 15º), o tamanho da amostra corresponde a 02 (dois) medidores de água.

Para lote de um só elemento, o tamanho da amostra é 1, sendo o número de aceitação (Ac) = 0 e número de rejeição (Re) = 1.

Tabela 1: Plano de Amostragem Padrão

TAMANHO DO LOTE	TAMANHO DA AMOSTRA (DUPLA, NORMAL, S5)	NQA	Ac	Re
2 a 15	2	4,0%	0	1
16 a 25	3	4,0%	0	1
26 a 90	5	4,0%	0	1
91 a 150	5	4,0%	0	2
	10		1	2

151 a 500	8 16	4,0%	0 1	2 2
501 a 1.200	13 26	4,0%	0 3	3 4
1.201 a 10.000	20 40	4,0%	1 4	4 5
10.001 a 35.000	32 64	4,0%	2 6	5 7
35.001 a 500.000	50 100	4,0%	3 8	7 9
acima de 500.000	80 160	4,0%	5 12	9 13

Referência: ABNT NBR 5426

Tabela 2: Plano de Amostragem Simples

TAMANHO DO LOTE	TAMANHO DA AMOSTRA (SIMPLES NORMAL, S2)	NQA	Ac	Re
2 a 25	2	4,0%	0	1
26 a 150	3	4,0%	0	1
151 a 1.200	5	4,0%	0	1
1.201 a 35.000	8	4,0%	1	2
Acima de 35.001	13	4,0%	1	2

Referência: ABNT NBR 5426

Exemplo:

Na inspeção de recebimento de um lote com 10.000 (dez mil) medidores, será escolhida uma amostra de 20 (vinte) medidores (plano de amostra padrão – tabela 1);

Essa amostra (20 medidores) será submetida ao primeiro ensaio da sequência proposta, Inspeção Geral (Visual);

Se 1 (um) medidor da amostra estiver com defeito, a amostra será considerada aprovada neste primeiro ensaio passando-se para a realização da análise do segundo critério de ensaio, e assim sucessivamente até o término de todas as sequências de ensaios;

Se 4 (quatro) ou mais medidores da amostra estiverem com defeitos, a amostra será reprovada e o lote de entrega será rejeitado;

Se 2 (dois) ou 3 (três) medidores da amostra estiverem com defeitos, será escolhida uma nova amostra e 20 (vinte) medidores e estes serão submetidos a esse mesmo ensaio (Inspeção Geral - Visual).

Com esta segunda amostra de 20 (vinte) medidores, submetidos ao mesmo ensaio (Inspeção Geral – Visual), estabelecem-se as seguintes condições:

Se a soma do número de medidores com defeitos das duas amostras não superarem 4 (quatro) unidades, a amostra será considerada aprovada neste primeiro ensaio (Inspeção Geral – Visual), passando-se assim para a realização da segunda série de ensaios e assim sucessivamente até seu término de todos os ensaios;

Se a soma do número de medidores com defeitos das duas amostras for igual a 5 (cinco) ou mais unidades, a amostra será reprovada e o lote de entrega será rejeitado;

Escolha da Amostra

A escolha da amostra de medidores do lote a ser ensaiado, será realizada pela equipe designada pela CAERD

9.2.3. Descrição dos Ensaios

9.2.3.1. Inspeção Visual

Os medidores da amostra serão inspecionados para verificação das características construtivas e inscrições obrigatória conforme RTM e respectiva Portaria de Aprovação de Modelo.

Os valores máximos admitidos na totalização do dispositivo indicador dos medidores em recebimento não poderão ser

superiores a:

- 500 litros para medidores de Q3 até 4m³/h;
- 1.500 litros para medidores de Q3 6,3m³/h até 10m³/h;
- 2.500 litros para medidores de Q3 16m³/h;
- 10.000 litros para medidores de Q3 25m³/h até 40m³/h;
- 15.000 litros para medidores de Q3 63m³/h;
- 70.000 litros para medidores acima de Q3 63m³/h.

Critério de aceitação: Atender os critérios especificados acima.

9.2.3.2. **Inspeção Dimensional**

Os medidores da amostra serão examinados para verificação das características dimensionais conforme as Especificações Técnicas deste Termo de Referência e as norma ABNT NBR 16043 e ABNT NR 8194 e na Portaria Inmetro nº 155/2022.

Critério de aceitação: Atender as características especificadas conforme documentos de referência.

9.2.3.3. **Pressão Estática (Estanqueidade)**

O ensaio de pressão estática visa verificar se o medidor de água suporta a pressão especificada, aplicada pelo tempo especificado para o ensaio, sem sofrer danos ou vazamentos.

- a) Aumentar a pressão hidráulica nos medidores até atingir 1,6 vez a pressão máxima admissível (PMA) e mantê-la por 15 min;
- b) Aumentar a pressão hidráulica nos medidores até atingir duas vezes a pressão máxima admissível (PMA) e mantê-la por 1 min;

A pressurização deverá ser feita de maneira gradual.

Critério de aceitação: Se não ocorrer qualquer dano ao funcionamento, ou fugas ou exsudações.

9.2.3.4. **Determinação dos Erros de Indicação**

Os medidores sob teste serão ensaiados 3 (três) vezes na mesma vazão, em cada uma das vazões de calibração conforme as Especificações Técnicas deste Termo de Referência e as norma ABNT NBR 16043 e ABNT NR 8194 e na Portaria Inmetro nº 155/2022.

Os ensaios podem ser realizados em bancadas que operam pelo princípio volumétrico ou gravimétrico. Quando forem utilizados outros princípios, o fornecedor deverá comprovar sua equivalência em termos de exatidão e precisão.

A determinação dos erros consiste em comparar as indicações do valor da leitura indicada pelo medidor de água ensaiado com a leitura do valor da leitura indicada pela Medida Materializada de Volume ou uma Balança previamente calibrados, dependendo do princípio utilizado pela bancada em questão.

O erro relativo percentual em cada ensaio do medidor é calculado segundo a equação (1):

$$E = \frac{(L_f - L_i) - V_e}{V_e} \times 100 (\%)$$

V_e

E = Erro relativo em porcentagem (%)

L_i = Leitura inicial do medidor

L_f = Leitura final do medidor

V_e = Volume escoado

O erro médio (Emed) é calculado pela média aritmética dos erros relativos com os dados obtidos nos ensaios, de acordo com a equação (2).

$$E_{med} = \frac{Er_1 + Er_2 + \dots + Er_n}{n}$$

n

Nota: Para ensaios de pré-qualificação, também será realizado o ensaio metrológico em vazão de sobrecarga Q4.

Critério de aceitação: Emed entre $\pm 5\%$ (inclusive), na vazão de ensaio Q1, ou Emed entre $\pm 2\%$ (inclusive), entre as vazões de ensaio Q2 e Q3.

9.2.3.5. **Repetitividade**

Verificar o desvio padrão de três medições com a mesma vazão, não podendo exceder um terço do erro máximo admissível. Os ensaios devem ser realizados nas vazões Q1, Q2 e Q3;

O erro máximo admissível para o campo superior de medição ($Q2 \leq Q \leq Q4$) é:

- a) $+ 2\%$ em temperaturas da água entre 0,1 °C e 30 °C;

- b) $+ 3\%$ em temperaturas da água acima de 30 °C.

O erro máximo admissível para o campo inferior de medição ($Q1 \leq Q < Q2$) é $+ 5\%$, independente da faixa de temperatura da água.

Critério de aceitação: Se o desvio padrão de três medições não exceder um terço do erro máximo admissível.

9.2.3.6. **Blindagem Magnética**

Blindagem Classe II

O ensaio de blindagem magnética classe II, consiste em submeter o medidor com transmissão magnética a um campo magnético externo gerado por dois ímãs de características definidas de acordo com NBR 15.538 e verificar através de 3 (três) ensaios se o erro médio na respectiva vazão mínima do medidor em análise, atende ao especificado.

Caso o medidor em análise não atenda ao especificado, este será considerado reprovado.

Caso o medidor em análise atenda ao especificado (seja aprovado), os mesmos serão submetidos ao ensaio em Q1/Qmin por 3 (três) vezes consecutivas, sem ímãs, anotando-se em cada um deles os erros relativos Es1, Es2, Es3 e calculando-se o erro médio (Esm) de cada medidor.

Em seguida serão ensaiados em Q1/Qmin por 3 (três) vezes consecutivas, com dois ímãs, anotando-se em cada um deles os erros relativos Ec: Ec1, Ec2, Ec3.

Nos casos em que $Ec - Esm$ for maior ou igual a 0 (zero), os valores de Ec deverão ser desconsiderados para cálculo da sua média aritmética Ecm de cada medidor da amostra.

Se todos os valores Ec forem desconsiderados, o medidor da amostra será considerado aprovado.

Se $Esm - Ecm$ for menor ou igual a 5%, o medidor da amostra será considerado aprovado.

Blindagem Classe III (Anti Super-Ímã/ Neodímio)

O ensaio de blindagem magnética classe III, consiste em submeter o medidor com transmissão magnética a um campo magnético externo gerado por um ímã de neodímio com características definidas de acordo com NBR 15.538 e verificar a variação do erro relativo percentual na vazão mínima ($Q1/Q_{min}$).

Para efeito de inspeção o ímã utilizado no ensaio deve possuir média superior a 4.000 Gauss e inferior a 5.000 Gauss.

No primeiro momento, os medidores deverão ser instalados na bancada de calibração sem a ação do campo magnético dos ímãs externo.

Após a instalação, deverá ser realizada a verificação do erro na vazão mínima ($Q1/Q_{min}$) por no mínimo duas vezes, e calcular a média aritmética do erro relativo.

Em seguida, submeter os medidores a ação do campo magnético externo acoplado os ímãs em local adequado e realizar a verificação do erro de indicação na vazão mínima por no mínimo duas vezes.

Em relação à posição dos ímãs, vejamos as seguintes considerações:

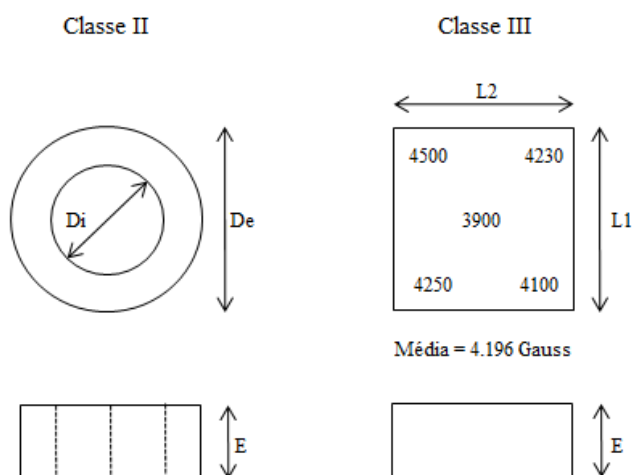
- Os ímãs deverão ser colocados em contato com o medidor em posições onde a ação do campo magnético estático tenha possibilidade de causar desvios no erro de indicação acima do limite máximo admissível, alterando seu funcionamento correto.
- A localização dessas posições é obtida por tentativa e erro e pela confirmação do tipo e construção do medidor e/ou pela experiência prévia. Podem-se investigar diferentes posições dos ímãs.
- Quando as posições dos ímãs são identificadas, eles são imobilizados nestas posições e o erro de indicação do medidor é verificado na vazão mínima do medidor.

Nota: Todos os equipamentos necessários a realização dos ensaios de recebimento e inspeção inclusive o GAUSSMETRO calibrado, deverão ser disponibilizados aos técnicos designados pela CAERD com os respectivos certificados de calibração rastreados.

Tabela 3: Características dos Ímãs

Características	Classe II	Classe III
Matéria-prima	Ferrite	Neodímio
Dimensões		
Comprimento (L1)	-	50 mm +/- 2
Comprimento (L2)	-	50 mm +/- 2
Diâmetro (De)	60 mm +/- 2mm	-
Diâmetro (Di)	24 mm +/- 2mm	-
Espessura (E)	12 mm +/- 2mm	25 mm +/- 2mm
Indução Magnética (Gauss)		
Limite Inferior	1.200	4.000
Limite Superior	1.600	5.000

ABNT NBR 15.538



Critério de aceitação: O desvio máximo da amostra em análise é de 5% comparando-se os resultados dos ensaios realizados com e sem exposição ao campo magnético externo.

$$D = |E_c - E_s|$$

Onde: D = é o desvio, expresso em porcentagem (%)

E_c = é o erro com ímã, expresso em porcentagem (%)

E_s = é o erro sem ímã, expresso em porcentagem (%)

9.2.3.7. Eficiência de Transmissão Magnética (Acoplamento Magnético)

Este ensaio consiste na comparação entre o volume indicado pelo medidor e o volume escoado de referência, quando o

medidor parte do repouso até atingir o funcionamento estável.

Submeter os medidores de transmissão magnética a uma calibração em uma vazão equivalente a 0,70 da vazão de sobrecarga Q4, com um tempo de abertura da válvula menor que 1 s.

A vazão de ensaio deve ser de 1,050 m³/h para medidores com Q3 = 1,0 m³/h.

Critério de aceitação: O erro de indicação não pode exceder $\pm 10\%$.

9.2.3.8. **Ensaio de Cut-off**

O medidor deve ser ensaiado no mínimo duas vezes na vazão $Q = 1,2 \cdot Q_4$.

Critério de aceitação: Emed entre $\pm 2\%$ (inclusive), na vazão de ensaio.

Escoamento Reverso

Verificar a eficiência metrológica dos medidores quando submetidos a fluxo reverso. Ensaiar as amostras na vazão de 0,9 Q3 em escoamento reverso. Durante o ensaio, todos os outros fatores de influência devem ser mantidos nas condições de referência.

Critério de aceitação: As amostras que atingirem a vazão de 0,9Q3 e atenderem ao erro máximo tolerado de $\pm 2\%$.

9.2.3.9. **Perda de Pressão**

A verificação da perda de pressão consiste em determinar o diferencial de pressão entre a montante e a jusante do medidor. A perda de pressão através do conjunto formado pelo medidor, o filtro integrante do medidor e o retificador de escoamento, quando este for parte integrante do medidor, não pode ser maior que 0,063 MPa (0,63 bar) na vazão de Q3.

Nota: O ensaio de perda de pressão tem conotação de “projeto” dos medidores e para tanto, este ensaio poderá ser realizado em apenas 1 (uma) amostra, estando aprovado ou reprovado o lote de acordo com o atendimento as especificações, não sendo necessária a execução do ensaio em todas as amostras do lote.

Critério de aceitação: Caso a diferença de pressão da amostra for inferior a 0,063MPa (0,63bar) na vazão Q3.

9.2.3.10. **Ensaio de Durabilidade**

Este ensaio tem a finalidade de verificar a qualidade dos materiais através de seu comportamento quando submetido às condições de desgaste acelerado.

As amostras escolhidas conforme tabela 09 serão submetidas ao desgaste acelerado na vazão Q4 - (+ 0/ - 5%), durante 100 (cem) horas. O volume totalizado pelos medidores após o desgaste acelerado será o produto de 100 horas x Q4, com tolerância de $\pm 2,5\%$.

Critério de aceitação: será considerada conformidade, se o total acumulado pelo medidor após o ensaio de desgaste atingir a tolerância de $\pm 2,5\%$.

9.2.3.11. **Cálculo do Desvio e IDM**

Determinar o erro de indicação final após os ensaios de durabilidade contínuo e descontínuo, para cada vazão determinada.

Calcular o desvio entre o erro de indicação final e inicial, para cada vazão especificada.

O desvio é obtido pela Equação:

$$D = E_f - E_i$$

Onde:

D é o desvio, expresso em porcentagem (%);

E_f é o erro de indicação final, expresso em porcentagem (%);

E_i é o erro de indicação inicial, expresso em porcentagem (%).

Critério de aceitação: O medidor é considerado conforme se os erros de indicação estiverem de acordo com erro máximo admissível, os desvios estiverem de acordo com os limites normativos especificados e o IDM for maior ou igual a 94% para medidores Velocimétricos.

9.2.3.12. **Estanqueidade do dispositivo indicador**

Verificar se o dispositivo indicador do medidor de água é capaz de suportar a submersão especificada durante o tempo definido para o ensaio, sem apresentar qualquer entrada de água.

Este método de ensaio aplica-se aos medidores de água com dispositivo indicador seco.

Imergir os medidores em um recipiente contendo água potável, garantindo que sejam submersos sem sofrer qualquer dano ou choque.

Certificar-se de que a temperatura da água utilizada no ensaio não seja superior à temperatura especificada na classe de temperatura do equipamento em ensaio.

Manter os medidores imersos a uma profundidade de 800 mm, medida entre a parte mais baixa do medidor e a superfície da água, durante 24 h ininterruptas.

Retirar os medidores da imersão e instalá-los em uma bancada de ensaio, submetendo-os à vazão constante Q3 ou Q_n, por um período de 12 h a 18 h, ou inserir em estufa a uma temperatura na faixa de 50 °C a 60 °C, por 1 h, e aguardar o retorno à temperatura ambiente.

Examinar visualmente, sem uso de equipamentos auxiliares, os dispositivos indicadores, para verificar se houve qualquer entrada de água no seu interior.

Critérios de aceitação: Não pode haver entrada de qualquer quantidade de água ou embaçamento no interior do dispositivo indicador, visualmente detectável.

9.2.3.13. **Resistência ao Impacto (Cúpula)**

9.2.3.13.1. Verificar se os dispositivos indicadores dos medidores, dotados de cúpula em material termoplástico transparente, são resistentes quando submetidos ao impacto de uma esfera de aço inoxidável de dimensões e massa preestabelecidas.

9.2.3.13.2. O ensaio consiste na queda livre de uma esfera de aço inoxidável com diâmetro de 25 mm e massa igual a

65 g \pm 5 g, a partir de uma altura de 350 mm, com o impacto aplicado perpendicularmente sobre o centro da cúpula termoplástica.

9.2.3.13.3. Critérios de aceitação: Após o impacto da esfera, o medidor é considerado aprovado caso não sejam constatadas fissuras, trincas ou qualquer deformação que comprometa a integridade e a função de proteção da cúpula termoplástica.

9.2.4. Considerações referentes aos ensaios

9.2.4.1. Os ensaios a serem aplicados para avaliação do lote amostral serão os mesmos e obedecerá a mesma ordem dos referidos no item 9.2 – Ensaios e Critérios de Aprovação.

Deverão ser apresentadas amostras na qualidade estipulada conforme definido pela tabela 1 (Plano de Amostragem).

Os ensaios de avaliação das amostras apresentadas serão acompanhados e certificados por técnico designado pela organização inspetora ou laboratório credenciado, indicada pela CAERD com todas as despesas cobertas pela CONTRATADA/ FORNECEDOR.

9.2.4.2. Em caso de aprovação do lote amostral apresentado, o mesmo deve ter os volumes totalizados das unidades que o compõe, zerados mediante a troca do kit.

9.2.5. Critério de avaliação final dos ensaios

9.2.5.1. Dois critérios são utilizados para a realização do trabalho de inspeção dos medidores.

Critério de aprovação ou reprovação das unidades que compõe o lote amostral

- Na análise individual dos medidores (1º, 2º, 3º, nº, etc.), qualquer não conformidade (NC) em qualquer ensaio estabelecido pelo item 9.2 desta especificação técnica, reprova(m) o(s) respectivo(s) medidores (1, 2, 3, n, etc.) do lote amostral.

9.2.5.2. Critério para aceitação ou rejeição do lote amostral

- O critério e aceitação ou reprovação do lote amostral, seja na 1º (primeira) ou na 2º (segunda) amostra, quando houver, é efetivado utilizando-se a tabela 1.

- Os quantitativos que representam os índices de aceitação (Ac) ou rejeição (Re) para serem comparados com os dados da tabela 1, são os valores extraídos do “Critério de aprovação ou reprovação das unidades que compõe o lote amostral”.

- Serão aceitos ou rejeitados os lotes que estiverem dentro do intervalo estabelecido pela tabela 1 após a comparação.

- As aprovações de lote terão validade de 24 meses após a data de inspeção do lote, após o prazo os medidores deverão passar por nova inspeção.

9.2.6. Certificado de qualificação técnica - cqt

9.2.6.1. Para a obtenção do CQT – Certificado de Qualificação Técnica, será necessário solicitar a GCEC – Gerência de Expansão Comercial da CAERD, a abertura do processo de qualificação técnica. A solicitação deve ser realizada por e-mail no endereço gcec@caerd.ro.gov.br, sendo necessário anexar os seguintes documentos:

- Formulário de solicitação de Certificado de Qualificação Técnica preenchido;
- Portaria de aprovação de modelo (Inmetro);
- Catálogo ou especificação técnica dos materiais para qualificação;
- Certificado ou documento substancialmente equivalente de análise, atestando a composição da liga da carcaça com no mínimo 60% de cobre, para medidores de água com vazão permanente/nominal (Q3/Qn) menor ou igual a 10 m³/h. O fornecedor deverá possuir infraestrutura necessária para fabricação/estocagem de medidores, para o atendimento a CAERD, dentro dos prazos solicitados.

9.2.7. Apresentação de amostras para qualificação técnica

9.2.7.1. Os medidores serão submetidos aos ensaios e critérios de qualificação de amostras conforme esta especificação técnica, de acordo com o modelo(s) e tipo(s) do medidor (es) a ser(em) fornecido(s), constante(s) no processo de licitação.

As amostras devem ser apresentadas nas quantidades mínimas a seguir:

- 05 (cinco) amostras para medidores de $Q3/Qn \leq 1,5 \text{ m}^3/\text{h}$, com aceitação de 01 medidor reprovado e rejeição de 02 ou mais medidores reprovados;
- 04 (quatro) amostras para medidores de $Q3 \text{ } 4 \text{ m}^3/\text{h} > 25 \text{ m}^3/\text{h}$, com aceitação de 00 medidor reprovado e rejeição de 01 ou mais medidores reprovados;
- 03 (três) amostras para medidores de $Q3 \text{ } 40 \text{ m}^3/\text{h} > 100 \text{ m}^3/\text{h}$, com aceitação de 00 medidor reprovado e rejeição de 01 ou mais medidores reprovados;
- 02 (dois) amostras para medidores de $Q3 > 100 \text{ m}^3/\text{h}$, com aceitação de 00 medidor reprovado e rejeição de 01 ou mais medidores reprovados;

Em qualquer tempo o fabricante/fornecedor/distribuidor pode solicitar o Certificado Qualificação Técnica – CQT do produto.

Os ensaios de CQT não substituem nem invalidam os ensaios de recebimento.

Os ensaios deverão ser realizados em instituição externa ou nas instalações do fornecedor, desde que pertençam a Rede Brasileira de Laboratórios de Ensaio (RBLE) ou estejam certificadas por órgão integrante da Rede Brasileira de Metrologia Legal e Qualidade-Inmetro (RBMLQ-I) de sua jurisdição. No caso do fabricante ser de origem estrangeira e não sendo possível a realização da inspeção no Brasil nas condições acima citadas, fica a contratada responsável por prever e assumir os custos das atividades de inspeção no país de referência, disponibilizando todas as condições

necessárias para o acompanhamento das mesmas.

Em todos os casos, todos os custos para a realização da CQT (deslocamentos, passagens aéreas, hospedagem, alimentação e disponibilidade de intérprete para acompanhamento em fábrica, se necessário), correrão por conta do fabricante/fornecedor/distribuidor.

Nota 1: A amostra deverá corresponder ao produto final, estabelecido no edital.

Nota 2: Em qualquer caso, as amostras serão devolvidas após os ensaios.

10. DA HABILITAÇÃO:

10.1. Habilitação Jurídica

De acordo com o art. 89 da IN nº 01/2024/CAERD-RO, a documentação relativa à habilitação jurídica consistirá na apresentação obrigatória dos seguintes documentos:

I – Cédula de identidade, no caso de licitante pessoa física;

II – Registro comercial, no caso de licitante empresa individual;

III – Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de licitante sociedade empresária e, no caso de sociedade por ações, acompanhado da ata de eleição de seus administradores;

IV – Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de ato formal de designação de diretoria em exercício;

V – Decreto de autorização ou equivalente, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

VI – Instrumento público ou particular de procuração, com menção expressa de que confere amplos poderes ao procurador, inclusive para formular lances, negociar preços, receber intimações e notificações, desistir ou não de recursos, bem como praticar os demais atos pertinentes ao certame. Se a outorga se der por instrumento particular, deverá vir acompanhada de cópia do ato de constituição da empresa ou do ato de investidura na direção da empresa;

VII – Cédula de identificação dos sócios, do diretor, do proprietário ou do representante legal da empresa;

VIII – Certidão Negativa CAGEFIMP – Cadastro Geral de Fornecedores e Impedidos de Participar de Licitação ou Contratar com a Administração Pública do Estado de Rondônia, nos termos do art. 89, inciso VIII, da IN nº 01/2024/CAERD-RO.

10.2. Qualificação Técnica

A qualificação técnica, nos termos dos arts. 90 e 92 da IN nº 01/2024/CAERD-RO, destina-se a comprovar a aptidão da licitante para o fornecimento de hidrômetros com as características previstas neste Termo de Referência, **sendo exigida obrigatoriamente** a apresentação dos seguintes documentos:

a) Atestado(s) de capacidade técnica emitido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, que comprove(m) o fornecimento anterior de hidrômetros velocimétricos unijato e/ou multijato com especificações equivalentes ou superiores às definidas neste Termo de Referência, em quantidade mínima de **50% (cinquenta por cento)** do quantitativo total licitado por item, admitido o somatório de atestados;

b) Portaria de Aprovação de Modelo emitida pelo INMETRO, comprovando que os hidrômetros ofertados atendem às normas ABNT NBR 15538, ABNT NBR 16043, ABNT NBR 8194 e à Portaria Inmetro nº 155/2022, para os modelos equivalentes ao objeto desta licitação.

10.3. Qualificação Econômico Financeira

A qualificação econômico-financeira será comprovada mediante apresentação dos seguintes documentos, observados os parâmetros previstos no artigo 93 da Instrução Normativa nº 01/2024-CAERD e na Instrução Normativa nº 02/2025-CAERD-RO:

a) Certidão negativa de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, emitida há, no máximo, 90 (noventa) dias da data de abertura da sessão pública do pregão, quando não constar prazo de validade;

b) Comprovação de patrimônio líquido mínimo correspondente a 10% (dez por cento) do valor estimado total da contratação, mediante apresentação do balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios;

c) Comprovação de capital social mínimo ou patrimônio líquido mínimo equivalente a 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, admitida a atualização para a data de apresentação da proposta, mediante índices oficiais, quando for o caso.

Parágrafo único: A licitante que estiver em recuperação judicial deverá apresentar certidão emitida pela instância judicial competente, que certifique que a interessada está apta econômica e financeiramente a participar do procedimento licitatório, nos termos da Lei Federal nº 13.303/2016.

10.4. Regularidade Fiscal e trabalhista

A regularidade fiscal e trabalhista será comprovada mediante apresentação dos seguintes documentos:

a) Certidão Negativa de Débitos relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil;

b) Certidão de Regularidade do FGTS - Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, expedida pela Caixa Econômica

Federal;

- c) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT, expedida pela Justiça do Trabalho;
- d) Certidão Negativa de Débitos Estaduais, expedida pela Secretaria de Estado de Finanças de Rondônia;
- e) Certidão Negativa de Débitos Municipais, expedida pela Prefeitura Municipal da sede da licitante;

Parágrafo único: Admite-se a consulta eletrônica aos sítios oficiais emissores de certidões para verificação da regularidade fiscal e trabalhista, na forma da Instrução Normativa nº 02/2025-CAERD-RO.

11. DA GARANTIA:

11.1. O fabricante deverá garantir a qualidade dos hidrômetros por um período mínimo de 24 (vinte e quatro) meses contra defeitos de fabricação, comprometendo-se a reparar ou substituir, às suas expensas e sem qualquer ônus adicional à CAERD, quaisquer unidades que apresentem vícios ou defeitos de fabricação dentro do prazo de garantia.

11.2. O prazo de garantia terá início a partir da data de emissão do Certificado de Recebimento da Nota fiscal pela Comissão de Fiscalização, formalizado após a conferência quantitativa, verificação da integridade das embalagens e dos equipamentos, conferência da Nota Fiscal, do laudo de inspeção e da conformidade com as especificações técnicas deste Termo de Referência.

11.3. Durante o prazo de garantia, a contratada deverá substituir os hidrômetros defeituosos no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos contados da notificação formal pela CAERD, sem prejuízo da aplicação das sanções administrativas cabíveis previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente.

11.4. A garantia não exime a contratada das responsabilidades civis e penais por vícios ou defeitos de fabricação dos produtos fornecidos, nos termos da legislação aplicável.

12. DO PAGAMENTO:

12.1. O pagamento será efetuado no prazo de 30 (trinta) dias contados da apresentação e aprovação da nota fiscal. A nota deverá estar acompanhada das certidões negativas de Tributos Municipais, Estaduais, Federais, Regularidade com INSS, FGTS, Trabalhistas e outros de acordo com a legislação vigente.

13. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

13.1. Previsto no elemento de despesa 132102015 do orçamento da Gerência de Expansão Comercial – GCEC, no plano de ação para 2026.

14. DO LOCAL DE ENTREGA, PRAZO E RECEBIMENTO:

14.1. Os hidrômetros/medidores, acompanhados do competente documento fiscal e laudo de inspeção da fábrica, com número de lote e data de fabricação/certificados, deverão ser entregues nos dias úteis, das 07:30 h às 13:30 h, no almoxarifado Central da CAERD, localizado à Estrada do Santo Antônio (área da Estação de Tratamento II), bairro Candelária, Porto Velho – RO no prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar da data do recebimento da Autorização de Fornecimento – AF.

15. DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO, FRETE E IMPOSTOS:

15.1. No ato da entrega os medidores serão verificados e deverão estar de acordo com as especificações do **ITEM 9** e do Laudo de Inspeção. Em caso de não conformidade a CAERD procederá à imediata devolução.

15.2. Caso qualquer remessa de hidrômetros/medidores seja rejeitada, a CONTRATADA deverá, no prazo máximo de 5 (cinco) dias corridos contados na notificação pela Gerência de Expansão Comercial - GCEC, retirar a suas expensas, os hidrômetros/medidores rejeitados do local indicado acima neste ITEM, no prazo de 15 (quinze) dias corridos contados da mesma notificação, entregar uma nova remessa livre das causas de rejeição e sem qualquer custo para a CAERD.

15.3. A rejeição de qualquer remessa pela Gerência de Expansão Comercial da CAERD, sujeitará a detentora às penalidades prevista no contrato.

15.4. As despesas com FRETE, IMPOSTOS E TAXAS ficarão a cargo da CONTRATADA, sejam elas municipais, estaduais ou federais, inclusive as despesas com mão de obra ou equipamentos para descarga dos hidrômetros no almoxarifado central da CAERD.

15.4.1. O Recebimento Provisório

15.5. O recebimento provisório dos hidrômetros ocorrerá na fábrica ou laboratório da contratada, no âmbito da inspeção técnica de recebimento, mediante a realização de todos os ensaios, testes e verificações previstos neste Termo de Referência, na ABNT NBR 15538, na ABNT NBR 16043, na ABNT NBR 8194 e na Portaria Inmetro nº 155/2022, bem como emissão do respectivo laudo de inspeção do lote, acompanhado da documentação técnica exigida.

15.6. O recebimento provisório terá natureza meramente formal e condicionante, servindo para atestar que o lote foi aprovado nos ensaios de fábrica e está liberado para entrega física dos hidrômetros à CAERD, não implicando aceitação definitiva dos bens, que somente ocorrerá após o recebimento no almoxarifado e demais conferências.

15.6.1. O Recebimento Definitivo

15.7. O recebimento definitivo dar-se-á no Almoxarifado Central da CAERD indicado neste Termo de Referência, por

ocasião da entrega física dos lotes de hidrômetros, mediante conferência quantitativa, verificação da integridade das embalagens e dos equipamentos, conferência da Nota Fiscal, do laudo de inspeção emitido na fábrica e da conformidade com as especificações técnicas deste Termo de Referência, das normas ABNT aplicáveis e da Portaria Inmetro nº 155/2022.

15.8. O recebimento definitivo será formalizado por Termo de Recebimento Definitivo e atesto na Nota Fiscal, constituindo condição para a liberação do pagamento, sem prejuízo da responsabilidade da contratada quanto à garantia mínima de 24 (vinte e quatro) meses e demais obrigações contratuais.

16. DA SUBCONTRATAÇÃO, CESSÃO E/OU TRANSFERÊNCIA

16.1. Não será admitida a subcontratação, cessão ou transferência, total ou parcial, do objeto desta contratação.

16.2. A vedação à subcontratação fundamenta-se na natureza do objeto — fornecimento de bens padronizados com requisitos metrológicos e de qualidade definidos —, que exige o fornecimento direto pelo fabricante ou distribuidor autorizado qualificado no processo licitatório, nos termos das especificações técnicas deste Termo de Referência.

17. DA PARTICIPAÇÃO DE EMPRESAS REUNIDAS SOB A FORMA DE CONSÓRCIO

Somente será admitida a participação de empresas reunidas em consórcio se expressamente autorizada no instrumento convocatório, observados os requisitos e limites fixados na Instrução Normativa nº 02/2025/CAERD-RO. Quando permitida, serão exigidos, no mínimo:

Somente será admitida a participação de empresas reunidas em consórcio se expressamente autorizada no instrumento convocatório, observados os requisitos e limites fixados na Instrução Normativa nº 02/2025/CAERD-RO. Quando permitida, serão exigidos, no mínimo:

- a) compromisso público ou particular de constituição de consórcio, com indicação de empresa líder;
- b) responsabilidade solidária das consorciadas pelas obrigações decorrentes da licitação e do contrato;
- c) apresentação da documentação de habilitação por cada consorciada, admitido o somatório para fins de qualificação técnica e econômico-financeira, nos termos da regulamentação interna da CAERD.

18. SANÇÕES:

18.1. Qualquer pessoa física ou jurídica que praticar atos em desacordo com esta IN nº 01/2024/CAERD-RO, com a IN nº 02/2025/CAERD-RO, com a Lei 13.303/2016 ou com as demais normas aplicáveis, no âmbito dos processos licitatórios e/ou contratos da Companhia, sujeita-se às sanções aqui previstas, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal.

18.1.1. Pelo cometimento de quaisquer infrações prevista na referida IN, garantida a prévia defesa, a CAERD, poderá aplicar as seguintes sanções:

I - Advertência;

II - Multa moratória, na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato;

III - Multa compensatória, na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato;

IV - Suspensão do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a Companhia de Águas e Esgotos de Rondônia - CAERD, por até 02 (dois) anos;

V - As sanções previstas nos incisos I e III do artigo 180 da IN nº 01/2024/CAERD-RO poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II, não impedindo a resolução do contrato pela CAERD.

18.1.2. São consideradas condutas reprováveis e passíveis de sanções, dentre outras:

I - Não atender, sem justificativa, à convocação para a assinatura do contrato ou retirada de instrumento equivalente;

II - Apresentar documento falso em qualquer processo administrativo instaurado pela CAERD;

III - Frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o processo de contratação;

IV - Afastar ou procurar afastar participante, por meio de violência, grave ameaça, fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo;

V - Agir de má-fé na relação contratual, comprovada em processo específico;

VI - Incorrer em inexecução contratual;

VII - Ter frustrado ou fraudado, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo de procedimento licitatório público;

VIII - Ter impedido, perturbado ou fraudado a realização de qualquer ato de procedimento licitatório público;

IX - Ter afastado ou procurado afastar licitante, por meio de fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo;

X - Ter fraudado licitação pública ou contrato dela decorrente;

XI - Ter criado, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para participar de licitação pública ou celebrar contrato administrativo;

XII - Ter obtido vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações de contratos celebrados com a administração pública, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação pública ou nos respectivos instrumentos contratuais;

XIII - Ter manipulado ou fraudado o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos celebrados com a administração pública;

XIV - Ter dificultado atividade de investigação ou fiscalização de órgãos, entidades ou agentes públicos, ou ter intervindo em sua atuação, inclusive no âmbito das agências reguladoras e dos órgãos de fiscalização.

18.1.3. As práticas passíveis de sanção podem ser definidas, dentre outras, como:

a) corrupta: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação do empregado da Companhia no processo licitatório ou na execução do contrato;

b) fraudulenta: falsificar ou omitir fatos, com o objetivo de influenciar o processo licitatório ou de execução do contrato;

c) colusiva: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem conhecimento de representantes da Companhia, visando estabelecer preço sem níveis artificiais e não competitivos;

d) coercitiva: causar dano ou ameaçar, direta ou indiretamente, as pessoas físicas ou jurídicas, visando influenciar sua participação em

processo licitatório ou afetar a execução do contrato;

e) obstrutiva: destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas ou fazer declarações falsas, com objetivo de impedir materialmente a apuração de práticas ilícitas.

18.1.4. As práticas acima exemplificadas, além de acarretarem responsabilização administrativa e judicial da pessoa jurídica, implicarão na responsabilidade individual dos dirigentes das empresas contratadas e dos administradores/gestores, enquanto autores, coautores ou partícipes do ato ilícito, nos termos da Lei nº 12.846/2013.

18.1.5. A sanção de advertência é cabível sempre que o ato praticado, ainda que ilícito, não seja suficiente para acarretar danos à Companhia, suas instalações, pessoas, imagem, meio ambiente ou a terceiros.

18.1.6. A aplicação da sanção do caput deste artigo importa na comunicação da advertência à contratada, devendo ocorrer o seu registro junto ao Cadastro de Fornecedores da Companhia, independentemente de tratar-se de pessoa cadastrada, ou não.

18.1.7. A reincidência da sanção de advertência, poderá ensejar a aplicação de penalidade de suspensão.

18.1.8. A multa poderá ser aplicada nos seguintes casos, sem prejuízo daqueles citados no art. 181 da IN nº 01/2024-CAERD-RO, observadas ainda as disposições procedimentais da IN nº 02/2025/CAERD-RO:

I - Em decorrência da interposição de recursos meramente procrastinatórios, poderá ser aplicada multa correspondente a até 5% (cinco por cento) do valor máximo estabelecido para a licitação em questão;

II - Em decorrência da não regularização da documentação de habilitação, nos termos do artigo 43, § 1º da Lei Complementar nº 123/2006, conforme previsto no instrumento convocatório e contratual, poderá ser aplicada multa correspondente a até 5% (cinco por cento) do valor máximo estabelecido para a licitação em questão;

III - Pela recusa em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pelo instrumento convocatório, poderá ser aplicada multa correspondente a 5% (cinco por cento) do valor máximo estabelecido para a licitação em questão;

IV - No caso de atraso na entrega da garantia contratual, quando exigida, o instrumento convocatório deverá prever, mediante competente justificativa, a incidência de multa correspondente a até 5% (cinco por cento) do valor total do contrato;

V - Nos demais casos de atraso, o instrumento convocatório deverá prever, mediante competente justificativa, a incidência de multa nunca inferior a 5% (cinco por cento) ou superior a 10% (dez por cento) sobre o valor da parcela não executada ou do saldo remanescente do contrato;

VI - No caso de inexecução parcial, o instrumento convocatório deverá prever, mediante competente justificativa, a incidência de multa nunca inferior a 10% (dez por cento) ou superior a 20% (vinte por cento) sobre o valor da parcela não executada ou do saldo remanescente do contrato;

VII - No caso de inexecução total, o instrumento convocatório deverá prever, mediante competente justificativa, a incidência de multa nunca inferior a 20% (vinte por cento) ou superior a 30% (trinta por cento) sobre o valor da parcela não executada ou do saldo remanescente do contrato;

VIII - Ocorrendo uma infração contratual apenada apenas com a sanção de multa, a contratada deverá ser formalmente notificada para apresentar defesa prévia;

IX - Havendo concordância da contratada quanto aos fatos e a incidência da multa, encerra-se o processo com a efetiva aplicação, com sua formalização através de Apostilamento;

X - Não havendo concordância da contratada, caberá à autoridade competente a deliberação final conforme Limites de Competência da CAERD;

XI - O não pagamento da multa aplicada importará na tomada de medidas judiciais cabíveis e na aplicação da sanção de suspensão do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a CAERD, por até 2 (dois) anos.

18.1.9. Cabe a sanção de suspensão em razão de ação ou omissão capaz de causar, ou que tenha causado dano à CAERD, suas instalações, pessoas, imagem, meio ambiente ou a terceiros:

I - Conforme a extensão do dano ocorrido ou passível de ocorrência, a suspensão poderá ser branda (de 1 a 6 meses), média (de 7 a 12 meses), ou grave (de 13 a 24 meses);

II - O prazo da sanção a que se refere o caput deste artigo terá início a partir da notificação do sancionado;

III - A sanção de suspensão do direito de participar de licitação e impedimento de contratar importa, durante sua vigência, na suspensão de registro cadastral ou no impedimento de inscrição cadastral;

IV - Se a sanção de que trata o caput deste artigo for aplicada no curso da vigência de outro contrato a CAERD, poderá, a seu critério, rescindi-lo mediante comunicação escrita previamente enviada ao contratado, ou mantê-lo vigente;

V - A aplicação da sanção de suspensão somente ocorrerá após regular processo administrativo, garantindo-se à contratada o direito de defesa prévia no prazo de **10 (dez) dias úteis**, contados da notificação formal, em conformidade com o art. 83 da Lei nº 13.303/2016 e com o art. 192 da IN nº 01/2024/CAERD-RO."

18.1.10. Estendem-se os efeitos da sanção de suspensão do direito de licitar e impedimento de contratar com a CAERD, às empresas ou aos profissionais que, em razão dos contratos celebrados ou licitações realizadas:

A reincidência de prática punível com suspensão, ocorrida num período de até 2 (dois) anos a contar do término da primeira imputação, implicará no agravamento da sanção a ser aplicada.

Estendem-se os efeitos da sanção de suspensão do direito de licitar e impedimento de contratar com a CAERD, às empresas ou aos profissionais que, em razão dos contratos celebrados ou licitações realizadas:

I - Tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

II - Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

- III - Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração Pública, em virtude de atos ilícitos praticados;
- IV - Tenham frustrado ou fraudado, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo de procedimento licitatório público;
- V - ter impedido, perturbado ou fraudado a realização de qualquer ato de procedimento licitatório público;
- VI - ter afastado ou procurado afastar licitante, por meio de fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo;
- VII - ter fraudado licitação pública ou contrato dela decorrente;
- VIII - ter criado, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para participar de licitação pública ou celebrar contrato administrativo;
- IX - ter obtido vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações de contratos celebrados com a administração pública, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação pública ou nos respectivos instrumentos contratuais;
- X - ter manipulado ou fraudado o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos celebrados com a administração pública;
- XI - ter dificultado atividade de investigação ou fiscalização de órgãos, entidades ou agentes públicos, ou ter intervindo em sua atuação, inclusive no âmbito das agências reguladoras e dos órgãos de fiscalização.

18.1.11. A aplicação da sanção de suspensão do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a CAERD será registrada no **CAGEFIMP – Cadastro Geral de Fornecedores e Impedidos** do Estado de Rondônia e, quando aplicável, no **Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF**, sem prejuízo da comunicação prevista no art. 37 da Lei nº 13.303/2016 e no art. 23 da Lei nº 12.846/2013, nos casos que a ela se apliquem.

19. DO REGISTRO DE PREÇOS:

19.1. Da Ata Registro de Preços

- I - A CAERD é a entidade gerenciadora responsável pela condução do conjunto de procedimentos do certame para registro de preços e gerenciamento da Ata de Registro de Preços dele decorrente;
- II - O controle e a administração da Ata de Registro de Preços decorrente desta licitação são de responsabilidade da CAERD, por meio da **Gerência de Expansão Comercial – GCEC**, unidade demandante, podendo ser exercidos pelo gestor do contrato, pelo fiscal técnico ou pela comissão de recebimento, conforme designação formal da Companhia, nos termos da Instrução Normativa nº 02/2025/CAERD-RO.;
- III - Homologado o resultado da licitação, o(s) fornecedor(es) classificado(s) em primeiro lugar em cada item será(ão) convocado(s) para assinar a ata de registro de preços, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da convocação, que poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pelo fornecedor e desde que ocorra motivo justificado aceito pela CAERD;
- IV - A CAERD convocará formalmente o licitante vencedor, observado o disposto no subitem anterior, para assinar a Ata de Registro de Preços, sendo-lhe informado o local, a data e a hora para a realização do ato;
- V - A recusa injustificada do licitante beneficiário em assinar a ata, dentro do prazo estabelecido no item anterior, ensejará a aplicação das penalidades legalmente estabelecidas;
- VI - É facultado à CAERD, quando o convocado, não assinar a Ata de Registro de Preços no prazo e nas condições estabelecidas, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado;
- VII - Até a assinatura da Ata de Registro de Preços, a proposta do licitante vencedor poderá ser desclassificada, se a CAERD, tiver conhecimento de fato desabonador à sua habilitação, conhecido após o julgamento;
- VIII - A associação do licitante vencedor com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação só serão admitidas quando apresentada a documentação comprobatória que justifique quaisquer das ocorrências, e com o consentimento prévio escrito da CAERD, e desde que não afetem a boa execução do contratado.

19.2. A Ata de Registro de Preços implicará no compromisso de execução de fornecimento nas condições estabelecidas, após cumpridos os requisitos de publicidade:

- I - A contratação com os licitantes registrados será formalizada pelo órgão interessado por intermédio de termo de Contrato ou instrumento equivalente;
- II - A existência de preços registrados não obriga a CAERD a contratar, facultando-se a realização de licitação específica para a contratação pretendida, assegurada preferência ao fornecedor registrado em igualdade de condições;
- III - A Ata de Registro de Preços, os ajustes dela decorrentes, suas alterações e rescisões obedecerão ao Decreto Estadual 18.340/13, Lei Federal nº 13.303/16, demais normas complementar e se disposições da Ata e do Edital que a precedeu, aplicáveis à execução e especialmente aos casos omissos.

19.3. Dos Usuários

- I - Poderá utilizar-se da Ata de Registro de Preços da CAERD, Empresa Estatal Estadual, Distrital e Municipal que não tenha participado do certame, mediante prévia consulta à Companhia e anuência da empresa fornecedora beneficiária da ARP, desde que devidamente comprovada a vantajosidade e, respeitadas, no que couber, as condições e as regras estabelecidas na Lei nº 13.303/16 e ao Decreto Estadual 18.340/13, relativos à utilização da Ata de Registro de Preços;
- II - As empresas estatais que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão consultar CAERD, para manifestação sobre a possibilidade de adesão;
- III - Caberá à empresa fornecedora beneficiária da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas optar pela aceitação ou não do fornecimento à empresa estatal interessada que não tenha participado do certame licitatório, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas com outras entidades em razão da ARP compromissada;
- IV - As contratações adicionais, a que se refere os subitens anteriores, não poderão exceder, por entidade, a 50%

(cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens estipulados no Edital e registrados na Ata de Registro de Preços para a entidade gerenciadora e para as entidades participantes, quando houver;

V - O quantitativo decorrente das adesões à Ata de Registro de Preços não poderá exceder, em sua totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ARP para a entidade gerenciadora e entidades participantes, quando houver, independente do número de entidades não participantes que aderirem;

VI - Após a autorização da CAERD, a entidade estatal não participante deverá efetivar a contratação solicitada no prazo de até 90 (noventa) dias a contar da data de autorização pelo Gestor da ata, e desde que esteja no prazo de vigência da ARP;

VII - Caberá a entidade gerenciadora autorizar, excepcional e justificadamente, a prorrogação do prazo para efetivação da contratação, respeitado o prazo de vigência da ata, desde que solicitada pela entidade não participante.

19.4. Da Validade da Ata

19.4.1. Após a homologação da licitação, o Registro de Preços observará, entre outras, as seguintes condições:

a) serão registrados na Ata de Registro de Preços os preços e quantitativos do licitante mais bem classificado durante a fase competitiva;

b) será incluído, na respectiva Ata na forma de anexo, o registro dos licitantes que aceitar em cotar os bens ou serviços com preços iguais aos do licitante vencedor na sequência da classificação do certame;

c) o preço registrado com indicação dos fornecedores será divulgado no Portal de Compras Governamentais e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços; e

d) a ordem de classificação dos licitantes registrados na ata deverá ser respeitada nas contratações;

e) O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogada por mais 12 meses se comprovada vantagem;

f) A vigência dos contratos decorrentes da Ata de Registro de Preços assinada será definida no instrumento convocatório e seus anexos;

g) É vedado efetuar acréscimos aos quantitativos fixados pela Ata de Registro de Preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 81 da Lei nº 13.303/16;

h) Os contratos decorrentes da Ata de Registro de Preços poderão ser alterados, observado o disposto nas legislações vigentes.

Da Revisão e do Cancelamento dos Preços Registrados

a) Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens registrados, cabendo a CAERD, promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas no art. 81 da Lei nº 13.303/16;

b) Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, a entidade gerenciadora convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado;

c) Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade;

d) A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

19.5. Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, a entidade gerenciadora poderá:

a) liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, caso haja comunicação antes da ordem de serviço, desde que confirmada a veracidade dos motivos e apresentados os respectivos documentos comprobatórios; e

b) convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação. Não havendo êxito nas negociações, a CAERD deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa. O registro do fornecedor será cancelado pela CAERD, quando:

a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

b) não retirar o Contrato no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;

c) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou

d) sofrer sanção prevista na Lei nº 13.303/16.

19.6. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no subitem anterior será formalizado por ato administrativo da entidade gerenciadora, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

19.7. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer, ainda, por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento dos compromissos decorrentes da Ata, desde que devidamente comprovados e justificados:

a) por razão de interesse público; ou

b) a pedido do fornecedor.

20. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- a) Prestar informações e esclarecimentos que venham ser solicitados pela CONTRATADA;
- b) Notificar, por escrito, à CONTRATADA por quaisquer irregularidades encontradas no fornecimento dos produtos;
- c) Atestar a(s) Nota(s) Fiscal(is) correspondente(s), após o aceite dos produtos fornecidos;
- d) Efetuar os pagamentos devidos, nas condições estabelecidas;
- e) Participar ativamente das sistemáticas de supervisão, acompanhamento e controle de qualidade dos produtos;
- f) Designar representante com competência legal para proceder ao acompanhamento e fiscalização das obrigações contratuais.

21. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

21.1. São obrigações da contratada, além daquelas constantes no Termo de Referência e daquelas determinadas por leis, decretos, regulamentos e demais dispositivos legais, a Contratada se obrigará:

- a) Comunicar a CAERD, verbalmente no prazo de 12(doze) horas e, por escrito, no prazo de 48(quarenta e oito) horas, quaisquer alterações ou acontecimentos que impeçam mesmo temporariamente, de cumprir seus deveres e responsabilidade;
- b) Responsabilizar-se por todos os encargos fiscais e comerciais resultantes desta contratação;
- c) Responder por todos os ônus e obrigações concernentes à legislação social, trabalhista, previdenciária, tributária, fiscal, securitária, comercial, civil e criminal, que se relacionem direta ou indiretamente com o fornecimento do material;
- d) Responsabilizar-se pelos danos causados direta ou indiretamente ao Contratante ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, quando da execução do fornecimento, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento realizado pelo Contratante;
- e) Arcar com as despesas diretas e indiretas e com as providências necessárias à legalização do fornecimento do material contratados, inclusive no que se refere à assistência técnica no período de garantia, obtendo todas as licenças, autorizações e franquias necessárias e recolhendo os emolumentos prescritos em lei;
- f) Apresentar, sempre que solicitado, os documentos que comprovem a procedência do material fornecido e sua garantia;
- g) Substituir os hidrômetros que estejam desconformes com o estabelecido no Edital e no Termo de Referência, no prazo máximo de 15 (quinze) dias a contar da notificação pela CONTRATANTE.

22. DO REAJUSTE DO CONTRATO :

Os preços serão mantidos inalterados por todo o período de vigência (12 meses), ressalvado os casos excepcionais, devidamente fundamentados e comprovados pelo índice do IPCA e conforme Instrução Normativa nº 02/2025/CAERD, sempre obedecidas às determinações contidas Lei nº 13.303/2016. Portanto, os valores registrados poderão ser reajustados a cada 12 meses, pelo índice correspondente de mercado ou por meio de negociação conforme cada caso:

- a) A revisão de preços poderá ser efetivada por iniciativa da Administração ou da Contratada, uma vez comprovado o desequilíbrio econômico-financeiro deste Contrato.
- b) A solicitação da revisão de preços deverá ser justificada e instruída com documentos hábeis, para análises pelo gestor do Contrato e pela Assessoria Jurídica da Companhia de Águas e Esgotos de Rondônia – CAERD.
- c) Em qualquer caso, a revisão aprovada não poderá ultrapassar o preço praticado no mercado.

23. DISPOSIÇÕES GERAIS:

- 23.0.0.1. Os medidores deverão atender esta especificação em conjunto com a(s) especificação(ões) técnica(s) do medidor adquirido;
- 23.0.0.2. O local de entrega dos medidores deverá ser sempre em almoxarifado da CAERD;
- 23.0.0.3. A entrega dos lotes deverá ocorrer de acordo com o cronograma estabelecido;
- 23.0.0.4. Os medidores deverão ser garantidos pelo Fabricante contra qualquer defeito de fabricação ou de material conforme cláusulas contratuais exigíveis, a partir da data de entrega;
- 23.0.0.5. Os medidores que apresentarem defeitos ou avarias durante o período de garantia deverão ser reparados pelo Fabricante, sem qualquer ônus para a CAERD;
- 23.0.0.6. As partes que compõem os medidores só poderão ser modificadas (forma, dimensão, material, etc.) com previa autorização da CAERD;
- 23.0.0.7. Os medidores deverão estar calibrados e lacrados e com certificado emitido por entidade oficialmente reconhecida, com taxas de ensaio inclusas no preço, atendendo a legislação em vigor;
- 23.0.0.8. A inspeção de recebimento obrigatoriamente deverá ser acompanhada por 02 (dois) técnicos qualificados da CAERD;
- 23.0.0.9. A inspeção de recebimento poderá ocorrer nas instalações do Fornecedor ou em instituição externa a ser indicada pela CAERD, desde que pertençam a Rede Brasileira de Laboratórios de Ensaio (RBLE) ou estejam certificadas por órgão integrante da Rede Brasileira de Metrologia Legal e Qualidade-Inmetro (RBMLQ-I) de sua jurisdição;
- 23.0.0.10. O fornecedor deverá providenciar todas as facilidades para a realização do processo de inspeção, onde inclui os equipamentos necessários a realização dos ensaios de qualificação, inspeção e recebimento, devendo todos eles (equipamentos)

estarem acompanhados pelos respectivos certificados de calibração RBC. A não disponibilização dos equipamentos na data planejada e programada para realização dos ensaios de qualificação, inspeção e recebimento sujeitará a contratada a ressarcir as despesas com as custas de disponibilização do inspetor da CAERD de acordo com a sua hora de trabalho;

23.0.0.11. Todos os ensaios de qualificação, inspeção e recebimento deverão ser testemunhados pela CAERD. Todas as despesas relativas ao serviço de inspeção, viagens, traslado, hospedagem e alimentação dos inspetores da CAERD e da organização inspetora, deverão ser cobertas pela CONTRATADA;

23.0.0.12. Na ocorrência de rejeição de um lote de entrega, novos lotes com numeração de série dos medidores totalmente distintos, deverão ser providenciados pelo fabricante até que seja obtida a sua aceitação. Neste caso, por mais tempo que dure a aceitação, não caberá reajuste de preços;

23.0.0.13. O fabricante se obriga a fornecer durante um período de 10 (dez) anos, a partir da data de fabricação, qualquer peça do medidor;

23.0.0.14. Durante a inspeção não serão aceitos ajustes, limpezas, queima eletroquímica de eletrodos, reprogramação ou outros procedimentos que não sejam específicos para andamento normal da inspeção;

23.0.0.15. Os medidores fornecidos em carcaça plástica ou com bateria deverão ser recolhidos pelos fornecedores em local especificado pela CAERD para que se possa dar destinação adequada para esses materiais. Desta forma o fabricante será informado sobre a disponibilidade dos medidores em fim de vida útil e deverão realizar a retirada sem qualquer ônus para a CAERD com prazo máximo de 30 dias corridos para realizar a destinação adequada para os mesmos;

23.0.0.16. A inspeção não exonera a CONTRATADA/FORNECEDOR, de forma alguma, de suas responsabilidades pela garantia de qualidade do bem, de acordo com a especificação, bem como pelas perfeitas condições de utilização.

23.1. **REFERÊNCIAS NORMATIVAS**

23.1.1. ABNT NBR 15538 – Medidores de água potável – Ensaios para avaliação de eficiência;

23.1.2. ABNT NBR 8194 – Medidores de água potável – Padronização;

23.1.3. ABNT NBR 5426 – Planos de amostragem e procedimentos na inspeção por atributos;

23.1.4. ABNT NBR 8009 – Hidrômetro taquimétrico para água fria até 15,0 m³/h de vazão nominal – Terminologia;

23.1.5. ABNT NBR 16043 – Medidores para água potável fria e água quente;

23.1.6. Portaria INMETRO nº 155 – Aprova o Regulamento Técnico Metrológico consolidado para medidores para consumo de água potável fria e água quente. Os ensaios a seguir têm como objetivo principal, obter os parâmetros necessários para recebimento e controle da qualidade do lote de medidores a serem entregues.

23.2. **EMBALAGEM, ACONDICIONAMENTO, TRANSPORTE E ENTREGA**

23.2.1. Hidrômetros com $Q3/Qn \leq 4 \text{ m}^3/\text{h}$ poderão ser embalados em caixas com 10 unidades e hidrômetros com $Q3 > 4 \text{ m}^3/\text{h}$ deverão ter embalagens individuais.

23.2.2. As embalagens deverão ser procedidas de maneira a evitar choques, bem como permitir a arrumação das caixas em pallets com empilhamento máximo de quinze caixas sem sofrer esmagamento.

23.2.3. As caixas das embalagens dos hidrômetros deverão ter as impressões da marca do fabricante, da logomarca da CAERD e de uma ficha com o número do contrato de fornecimento, número do lote, e a numeração, diâmetro e capacidade nominal dos hidrômetros.

23.2.4. Os pallets deverão ter dimensionamento máximo de 1,00 x 1,20 x 1,25 (largura x comprimento x altura) para atender ao sistema de armazenamento da CAERD.

23.2.5. Os pallets deverão possuir sistema de travamento em todas as laterais e parte superior, obtendo maior resistência no descarregamento, transporte e armazenamento.

23.2.6. O descarregamento dos pallets deverá ocorrer de forma com que eles não sejam desmontados/abertos, fazendo assim o uso de empilhadeira, caminhão munck ou outra forma adequada.

23.2.7. Todas as despesas com embalagem, carga, transporte, frete, seguros, taxas e descarga no local indicado pela CAERD ficarão a cargo do fabricante ou fornecedor.

23.3. **BANCO DE DADOS DE VERIFICAÇÃO INICIAL**

23.3.1. Deverá ser fornecido arquivo em meio digital (planilha Excel) referente aos ensaios de verificação inicial de todos os medidores do lote fabricado. O máximo de medidores por planilha deverá ser de 10.000 unidades. Caso o tamanho do Lote a ser fornecido seja superior a esta quantidade, o arquivo deverá ser subdividido em outros atendendo ao limite máximo antes exposto.

23.3.2. A estrutura básica do banco de dados deverá atender aos seguintes pontos:

- Cabeçalho contendo o número de identificação do banco de dados;
- Referência e informações do banco de dados;

- Dados gerais do lote;

- Verificações e resultados estatísticos obtidos no lote;

- Tabela de dados específicos, conforme indicado a seguir:

1º Coluna: número sequencial de controle gerado automaticamente;

2º Coluna: número de série de cada medidor (conforme nº inicial e nº final);
3º Coluna: erro relativo verificado em cada medidor na vazão mínima Q1;
4º Coluna: erro relativo verificado em cada medidor na vazão transição Q2;
5º Coluna: erro relativo verificado em cada medidor na vazão permanente Q3;

24. DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO:

24.1. A execução contratual será acompanhada e fiscalizada por servidor(es) designado(s) pela CAERD, que registrará(ão) em relatórios as ocorrências verificadas, providenciará(ão) o atesto das Notas Fiscais e comunicará(ão) irregularidades para fins de aplicação de sanções. A fiscalização não exclui nem atenua a responsabilidade da contratada pela perfeita execução do objeto.

25. DISPOSIÇÕES FINAIS:

25.1. As omissões, dúvidas e casos não previstos neste instrumento, serão resolvidos e decididos aplicando-se as regras da Lei nº 13.303/16 e suas alterações, bem como demais ordenamentos jurídicos correlatos, levando-se sem consideração os princípios que regem a administração pública.

ANEXO I

MINUTA DE CONTRATO DECORRENTE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 2026/CAERD

I - DA QUALIFICAÇÃO DAS PARTES

A – DA CONTRATANTE

Razão Social: COMPANHIA DE ÁGUAS E ESGOTOS DE RONDÔNIA – CAERD

Sede: Av. Pinheiro Machado, nº 2112, Bairro São Cristóvão, CEP: 76.804-046 Porto Velho/RO.

CNPJ: 05.914.254/0001-39I. E: 101.27648-1

Representantes Legais: Diretor-Presidente, XXXXXXX XXXXXX XXXXXX, brasileiro(a), Diretor(a) Administrativo e Financeiro, XXXXXX XXXX XXXXXX, brasileiro(a), Diretor(a) Técnico Operacional, XXXXX XXXXX XXXXXX, brasileiro, todos residentes e domiciliados nesta Cidade de Porto Velho/RO.

B – DA CONTRATADA

Razão Social: (Licitante vencedora)

Sede: (Endereço Completo – Rua/Av., nº, (complemento se houve), bairro, CEP, Município/UF.

CNPJ: Insc. Est. Insc. Mun. (dados da licitante)

E-mail: (e-mail de contato)

Representante(s) Legal (is): (Nome completo, nacionalidade, profissão, RG e órgão expedidor, CPF e município onde tem domicílio/residência).

As partes acima nomeadas, qualificadas e representadas resolvem celebrar o presente contrato que tem por finalidade estabelecer os direitos e obrigações das partes, autorizadas pelo **Processo Administrativo nº _____/2026**, e licitado através do **Edital de Licitação Pregão Eletrônico nº _____/2026/CAERD/RO**, na forma prevista na Lei de nº 13.303/2016 e na Instrução Normativa nº 02/2025/CAERD, que rege a forma desta de Pregão Eletrônico, submetendo-se as partes aos referidos diplomas legais e demais legislação superveniente, e ainda às CLÁUSULAS e condições abaixo estabelecidas:

Integram este instrumento contratual, guardada a necessária conformidade entre eles, independentemente de transcrição:

a) O termo de referência, a proposta comercial, seus anexos e os demais documentos que os integram em sua totalidade;
b) As normas (inclusive instruções normativas internas), as especificações gerais, as instruções em uso, as disposições regulamentares da empresa Contratante e demais elementos existentes que sirvam à definição do objeto e das prestações contratuais, bem como os demais elementos necessários à execução do presente contrato.

II DAS CLÁUSULAS CONTRATUAIS

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

I – Constitui-se como objetivo desta licitação, a elaboração de Sistema de Registro de Preços, para eventual e futura aquisição de Hidrômetros Unijatos e Multijatos DN 15 e 20 para medição do consumo de água em unidades consumidoras atendidas pela Companhia de Águas e Esgotos de Rondônia (CAERD), por período de 12 (Doze) meses.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA

Os preços registrados referir-se-ão a quantitativos estimados para o período de 12 (doze) meses, após a publicação do Sistema de Registro de Preços no Diário Oficial do Estado.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR

O valor do presente contrato é de xxxxxxxxxxx (xx), de acordo com os valores especificados na proposta comercial e serão mantidos inalterados por todo o período de vigência. (Valores compostos por todos os encargos e impostos incidentes).

CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Os recursos orçamentários destinados à cobertura das despesas decorrentes deste contrato ocorrerão pelo Elemento de despesa

CLÁUSULA QUINTA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Constituem obrigações da CONTRATADA, além de outras previstas neste Contrato, no Termo de Referência e na legislação pertinente, as seguintes:

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Aceitar nas mesmas condições contratuais os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, decorrentes de modificações de quantitativos ou projetos ou especificações, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor contratual atualizado, de acordo com o Art. 81, da Lei Federal 13.303/16;

PARÁGRAFO SEGUNDO – Comunicar a CONTRATANTE, verbalmente no prazo de 12 (doze) horas e, por escrito, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, quaisquer alterações ou acontecimentos que impeçam mesmo temporariamente, de cumprir seus deveres e responsabilidade relativos à execução do Instrumento Contratual, total ou parcialmente, por motivo de caso fortuito ou de pôr força maior;

PARÁGRAFO TERCEIRO – Responsabilizar-se a pôr todos os encargos fiscais e comerciais resultantes desta contratação;

PARÁGRAFO QUARTO – Responderá por todos os ônus e obrigações concernentes à legislação social, trabalhista, previdenciária, tributária, fiscal, securitária, comercial, civil e criminal, que se relacionem direta ou indiretamente com o fornecimento do material;

PARÁGRAFO QUINTO – Responsabilizar-se a pelos danos causados direta ou indiretamente ao Contratante ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, quando da execução do fornecimento, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento realizado pelo Contratante;

PARÁGRAFO SEXTO – Arcará com as despesas diretas e indiretas e com as providências necessárias à legalização do fornecimento do material contratados, inclusive no que se refere à assistência técnica no período de garantia, obtendo todas as licenças, autorizações e franquias necessárias e recolhendo as sinecuras prescritas em lei.

CLÁUSULA SEXTA – DO PAGAMENTO

PARÁGRAFO PRIMEIRO – O pagamento será realizado por meio de Autorização de Fornecimento – AF em conta bancária informada pela Contratada, no prazo de até 30 (trinta) dias, contados da entrega, mediante apresentação da Nota Fiscal/Fatura devidamente certificada pela Comissão de Recebimento.

PARÁGRAFO SEGUNDO – O pagamento deverá ser efetuado mediante a apresentação de nota fiscal ou fatura, que deverá conter o detalhamento dos serviços executados, obras ou bens, observados os seguintes procedimentos:

a) A nota fiscal ou fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada de comprovação da regularidade fiscal, que poderá ser comprovada por meio de consulta "on-line" ao sistema de cadastramento, ou na impossibilidade de acesso ao referido sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais.

b) A retenção provisória ou glosa em caráter definitivo no pagamento, sem prejuízo das sanções cabíveis, poderá ocorrer quando o contratado:

I – não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas ou fornecimento de bens e materiais; ou

II – deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

PARÁGRAFO TERCEIRO – Os pagamentos a serem efetuados em favor da contratada, quando couber, estarão sujeitos à retenção, na fonte, dos seguintes tributos:

I – Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas – IRPJ, Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL, Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS, e Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público – PIS/PASEP, na forma da Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012, conforme determina o Art. 64 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, ou outros dispositivos legais que vierem substituir ou complementar os indicados;

II – Contribuição previdenciária, correspondente a 11% (onze por cento), na forma da Instrução Normativa RFB no 971, de 13 de novembro de 2009, conforme determina a Lei no 8.212, de 24 de julho de 1991, ou outros dispositivos legais que vierem substituir ou complementar os ora indicados;

III – Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN, na forma da Lei Complementar nº 116, de 31 de julho de 2003, combinada com a legislação municipal e/ou distrital, ou outros dispositivos legais que vierem substituir ou complementar os indicados;

IV – Demais tributos incidentes sobre o objeto da contratação.

PARÁGRAFO QUARTO – No pagamento de obrigações pecuniárias decorrentes do contrato, a Companhia de Águas e Esgotos de Rondônia – CAERD, deverá obedecer, para cada fonte diferenciada de recursos, a estrita ordem cronológica das datas de suas exigibilidades, salvo quando presentes relevantes motivos devidamente justificados pela autoridade competente;

PARÁGRAFO QUINTO – Em caso de atraso de pagamento, motivado exclusivamente pela Contratante, o valor devido deverá ser acrescido de atualização monetária, a ser calculada entre a data limite para o pagamento e o efetivo adimplemento da parcela;

PARÁGRAFO SEXTO – Havendo erro ou irregularidade na Nota Fiscal/Fatura ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, aquela será devolvida à Contratada para as necessárias correções, com as informações que motivam sua rejeição, e o pagamento ficará pendente até que se providenciem as medidas saneadoras. Nessa hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou apresentação de novo documento fiscal não acarretando qualquer ônus para a Contratante;

PARÁGRAFO SÉTIMO – A CAERD não pagará, sem que tenha autorização prévia e formalmente, nenhum compromisso que lhe venha a ser cobrado diretamente por terceiros, sejam ou não instituições financeiras, à exceção de determinações judiciais, devidamente protocoladas na Companhia;

PARÁGRAFO OITAVO – Os eventuais encargos financeiros, processuais e outros, decorrentes da inobservância, pela Contratada, de prazo de pagamento, serão de sua exclusiva responsabilidade.

CLÁUSULA SÉTIMA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Além daquelas determinadas no Termo de Referência e seus anexos, por leis, decretos, regulamentos e demais dispositivos legais, a CONTRATADA que deixar de cumprir o previsto no instrumento contratual, ressalvada a hipótese de força maior e caso fortuito, sofrerá as seguintes sanções:

I - ADVERTÊNCIA, POR ESCRITO, pelas seguintes razões:

a) Descumprimento das obrigações assumidas contratualmente, desde que não acarretem prejuízos para a CONTRATANTE,

independentemente da aplicação de multa moratória;

b) Execução insatisfatória ou inexecução dos serviços, desde que sua gravidade não recomende o enquadramento nos casos de multa, suspensão temporária ou inidoneidade;

c) Outras ocorrências que possam acarretar pequenos transtornos ao cumprimento do contrato.

II - MULTA MORATÓRIA, nos seguintes percentuais e condições:

a) Multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor da parcela inadimplida, pelo atraso injustificado na execução do contrato ou de quaisquer relatórios ou documentos a ele relacionados, solicitados por responsável pelo acompanhamento do contrato com prazo determinado para entrega, e sem justificativa por escrito aceita pelo preposto da CONTRATANTE;

b) A multa moratória será aplicada a partir do 5º (quinto) dia da inadimplência, contados da data definida para o regular cumprimento da obrigação; c) A multa prevista neste inciso não impede que a CAERD rescinda o contrato e aplique as outras sanções previstas na Lei nº 13.303/2016.

III - MULTA COMPENSATÓRIA, nos seguintes percentuais e condições:

a) Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da parcela não executada ou do saldo remanescente do contrato, no caso de inexecução parcial, quando a CONTRATADA cumprir parcialmente o objeto do contrato, caracterizando o fornecimento do objeto de forma incompleta ou não entregar o objeto contratado no prazo e na forma estipulada;

b) Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total, quando a CONTRATADA não cumprir integralmente com o objeto do contrato. IV - A aplicação da multa por inexecução contratual independe da multa moratória eventualmente já aplicada ou em fase de aplicação, podendo ser aplicadas cumulativamente.

V - A multa, aplicada após regular processo administrativo, garantindo a ampla defesa e o contraditório, será descontada dos pagamentos eventualmente devidos e/ou será cobrada judicialmente.

VI - SUSPENSÃO TEMPORÁRIA do direito de licitar e contratar com a CAERD por prazo não superior a 2 (dois) anos, quando a contratada prejudicar o andamento da execução do contrato e/ou não cumprir com o objeto do contrato.

VII - As sanções previstas neste item poderão ser aplicadas desde que facultada a defesa prévia da contratada no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias úteis, conforme determina a Lei nº 13.303/2016.

VIII - As multas previstas nos itens II e III poderão ser descontadas das faturas a serem pagas à CONTRATADA.

IX - As sanções previstas nesta cláusula poderão ser aplicadas juntamente, devendo a defesa prévia da contratada no respectivo processo ser apresentada no prazo de 10 (dez) dias úteis, conforme determina a Lei nº 13.303/2016.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Sem prejuízo da faculdade de rescisão contratual, a Companhia de Águas e Esgotos do Estado de Rondônia – CAERD poderá aplicar sanções de natureza moratória e punitiva à Contratada, acima destacadas, diante do não cumprimento das cláusulas contratuais;

PARÁGRAFO SEGUNDO – Conforme o Art. 37º da Lei nº 13.303/16 a CAERD deverá informar os dados relativos às sanções por elas aplicadas a Contratada, nos termos definidos nos Art. 83 da Lei em epígrafe, de forma a manter atualizado o cadastro de empresas inidôneas de que trata o Art. 23º da Lei nº 12.846 de 1º de agosto de 2013;

PARÁGRAFO TERCEIRO – A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à CAERD, observando o princípio da proporcionalidade;

PARÁGRAFO QUARTA – As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou, no caso das multas, cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis;

PARÁGRAFO QUINTO – De acordo com Art. 83 da Lei nº 13.303/16 os contratos devem conter CLÁUSULAS com sanções administrativas a ser aplicada em decorrência de atraso injustificado na execução do contrato, sujeitando a Contratada a multa de mora, na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato;

PARÁGRAFO SEXTO – Em atendimento ao Art. 83 da Lei nº 13.303/16 pela inexecução total ou parcial do contrato da CAERD poderá, garantida a prévia defesa no prazo de 10 (dez) dias úteis, aplicar a Contratada as seguintes sanções:

a) **Advertência**, por escrito, nas hipóteses de faltas leves que não acarretem prejuízo significativo ao objeto da contratação;

b) **Multa moratória** de 0,5% (meio por cento) por dia sobre o valor da parcela inadimplida, pelo atraso injustificado na entrega bens, limitado a 10% (dez por cento) do valor total do contrato, aplicada a partir do 1º (primeiro) dia de atraso;

c) **Multa compensatória** de 10% (dez por cento) sobre o valor da parcela não executada ou do saldo remanescente do contrato, no caso de inexecução parcial;

d) **Multa compensatória** de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total;

e) **Suspensão temporária** do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a CAERD por prazo não superior a **2 (dois) anos**;

f) As multas previstas nos itens "b" e "c", poderão ser descontadas dos créditos devidos à Contratada ou cobradas judicialmente.

PARÁGRAFO SÉTIMO – A sanção denominada "Advertência" só terá lugar se emitida por escrito e quando se tratar de faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação, cabível somente até a segunda aplicação (reincidência) para a mesma infração, caso não se verifique a adequação da conduta por parte da Contratada, após o que deverão ser aplicadas sanções de grau mais significativo;

PARÁGRAFO OITAVO – As sanções serão aplicadas sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal que possa ser acionada em desfavor da Contratada, conforme infração cometida e prejuízos causados à administração ou a terceiros;

PARÁGRAFO NONO – As sanções aqui previstas poderão ser aplicadas concomitantemente, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias úteis, em conformidade com o art. 83, §1º, da Lei 13.303/2016.;

PARÁGRAFO DÉCIMO – Após 30 (trinta) dias da falta de execução do objeto, será considerada inexecução total do contrato, o que ensejará a rescisão contratual;

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO – As sanções de natureza pecuniária serão diretamente descontadas de créditos que eventualmente detenha a CONTRATADA ou efetuada a sua cobrança na forma prevista em lei;

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO – As sanções previstas não poderão ser relevadas, salvo ficar comprovada a ocorrência de situações que se enquadrem no conceito jurídico de força maior ou casos fortuitos, devidos e formalmente justificados e comprovados, e sempre a critério da autoridade competente, conforme prejuízo auferido;

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO – A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observando o princípio da proporcionalidade;

PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO – A sanção será obrigatoriamente registrada no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, bem como em sistemas estaduais;

PARÁGRAFO DÉCIMO QUINTO – Também ficam sujeitas às penalidades de suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão licitante e de declaração de inidoneidade, previstas no subitem anterior, as empresas ou profissionais que, em razão do contrato decorrente desta licitação:

- a) Tenham sofrido condenações definitivas por praticarem, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de tributos;
- b) Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação; e,
- c) Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

CLÁUSULA OITAVA – DA RESCISÃO

O descumprimento de qualquer Cláusula ou simples condição deste Contrato, assim como execução do seu objeto em desacordo com o estabelecido em suas Cláusulas e Condições, dará direito à CONTRATANTE de rescindi-lo mediante notificação expressa, sem que caiba à CONTRATADA qualquer direito, exceto o de receber o estrito valor correspondente ao fornecimento realizado, desde que esteja de acordo com as prescrições ora pactuada e assegurada a defesa prévia.

CLÁUSULA NONA – DA PUBLICAÇÃO

A publicação do presente Contrato no Diário Oficial – DIOF/RO, por extrato, será providenciada até o 5º (quinto) dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de 20 (vinte) dias corridos, daquela data, correndo as despesas a expensas da CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA FRAUDE E CORRUPÇÃO

A CONTRATADA deverá observar os mais altos padrões éticos durante a execução do Contrato, estando sujeitas às sanções previstas na legislação em caso de inobservância.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DOS CASOS OMISSOS

Aos casos omissos aplicar-se-ão as demais disposições constantes da legislação pertinente.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO FORO

I – Fica eleito pelas partes o Foro da Comarca de Porto Velho, Capital do Estado de Rondônia, para dirimir todas e quaisquer questões oriundas do presente ajuste, inclusive às questões entre a empresa Contratada e a Contratante, decorrentes da execução deste contrato, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

II – E, por assim estarem de pleno acordo assinam o presente instrumento, em 4 (quatro) vias, de igual teor e forma, para todos os fins de direito, na presença das duas testemunhas abaixo, que a tudo assistiram.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO LOCAL, PRAZO E AS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO

I – Os hidrômetros objeto deste instrumento deverão ser entregues no Almoxarifado da CAERD, conforme indicado no item 15 do Termo de Referência, nas quantidades e especificações constantes das Autorizações de Fornecimento – AF emitidas pela Companhia de Águas e Esgotos de Rondônia – CAERD.

II – O prazo máximo para entrega, contado a partir do recebimento da Autorização de Fornecimento – AF pela CONTRATADA, será de até 30 (trinta) dias corridos, nos termos do item 15.1 do Termo de Referência.

III – O recebimento dos hidrômetros dar-se-á provisoriamente no ato da entrega física, condicionado à conferência quantitativa e qualitativa, e definitivamente após a conclusão dos ensaios de recebimento e inspeções previstos no Termo de Referência, especialmente no item 9.2 – Ensaios e Critérios de Aprovação

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA GARANTIA

I - O fabricante deverá garantir a qualidade dos medidores por um período mínimo de 2 anos, constados a partir da data de entrega deles na CAERD, se comprometendo a substituir a unidade com defeito sem nenhum ônus à CAERD.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

Além daquelas determinadas por leis, decretos, regulamentos e demais dispositivos legais, a Contratante se obrigará a:

I - Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta.

II - Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

III - Receber os materiais/peças/serviços no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência.

IV - Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da entrega dos equipamentos, fixando prazo para a sua correção.

V - Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no fornecimento do objeto, para que seja corrigido.

VI - Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal e Fatura fornecida pela contratada, em conformidade com a legislação vigente.

VII - Pagar à Contratada o valor resultante do fornecimento do objeto, no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos.

VIII - Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela Contratada, necessárias para melhor fornecimento do objeto.

IX - A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente contrato, bem

como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

I - A Contratante designará servidores para compor comissão de fiscalização que acompanhará a entrega dos produtos, objeto deste Contrato, devendo o mesmo:

a) Promover o acompanhamento e a fiscalização do objeto, sob os aspectos quantitativos e qualitativos, anotando em registro próprio todas as falhas detectadas e comunicando à CONTRATADA as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte desta.

b) Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos em desacordo com o Contrato.

c) Notificar a CONTRATADA em razão de qualquer descumprimento das obrigações assumidas neste contrato, alertando sobre as penalidades que poderão ser aplicadas, caso persista, de forma injustificada, a irregularidade.

II - O acompanhamento à fiscalização da execução do contrato consiste na verificação da conformidade dos produtos e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, devendo ser exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma da Lei nº 13.303/16 e demais normas vigências pertinente à matéria;

III - O representante da Contratante deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato;

IV - A verificação da adequação dos produtos deverá ser realizada com base nos critérios previstos no Termo de Referência;

V - A execução dos contratos deverá ser acompanhada e fiscalizada por meio de instrumentos de controle, que compreendam a mensuração dos aspectos mencionados, quando for o caso;

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – CONSIDERAÇÕES FINAIS

A CAERD não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados ou subordinados.

Não será admitida a subcontratação do objeto deste contrato.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – O fornecimento do objeto deste contrato não caracterizará qualquer vínculo empregatício dos profissionais da Contratada com a CAERD. Portanto, caberá exclusivamente à Contratada a responsabilidade legal por todo o pessoal envolvido, como obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, ou quaisquer outras despesas diretas ou indiretas que porventura venham a existir para com seus empregados, em consonância com legislação trabalhista ou acordo coletivo de trabalho da categoria profissional em vigor, visando cumprir com o objeto deste contrato;

PARÁGRAFO SEGUNDO – Qualquer prejuízo causado à CAERD ou a terceiros, em decorrência do uso indevido das informações, será de total responsabilidade da empresa contratada, sendo cabíveis as penalidades previstas em lei;

PARÁGRAFO TERCEIRO – Deverá ser expedido pela empresa, para acompanhamento dos equipamentos, termo de garantia dos mesmos, em conformidade com os prazos previstos na legislação, condicionado ao bom uso.

Porto Velho, XX de XXXXX de 2026.

XXXXX XXXXXXXX XXXXXXXX

Diretor(a) Administrativa e Comercial Interina - DAC

XXXXX XXXXX XXXXXXXX

Diretor(a) Financeiro

XXXXX XXXXXXXX XXXXXXXXXXXXX

Diretor(a) Técnico Operacional

XXXXXX XXXXXXXX XXXXXXXX

Diretor(a) Presidente

CONTRATADA:

XXXXXX XXXXXXXX XXXXX

Representante Legal

TESTEMUNHAS:

1. NOME:

CPF:

2. NOME:

CPF:

ANEXO II

MINUTA MATRIZ DE RISCOS

1. Objetivo da matriz de riscos

A presente Matriz de Riscos tem por objetivo identificar, classificar e atribuir responsabilidades quanto aos principais riscos técnicos,

operacionais, financeiros, legais, ambientais e de imagem/reputação relacionados à aquisição, ensaios, recebimento, garantia, armazenamento e fornecimento de hidrômetros velocimétricos DN15 e DN20, nas condições estabelecidas neste Termo de Referência.

2. Critérios de probabilidade e impacto

2.1. Probabilidade

Frequência	Significado	Expressão
Raríssima	Evento extraordinário para os padrões conhecidos da gestão e operação da contratação de hidrômetros, sem histórico relevante de ocorrência.	0,10
Rara	Evento extraordinário para os padrões conhecidos da gestão e operação da contratação de hidrômetros, sem histórico relevante de ocorrência.	0,35
Eventual	Evento extraordinário para os padrões conhecidos da gestão e operação da contratação de hidrômetros, sem histórico relevante de ocorrência.	0,70
Eventual	Evento que se reproduz muitas vezes, interferindo de modo claro no ritmo das atividades de aquisição, ensaios e recebimento, sendo evidente mesmo para quem conhece pouco o processo de contratação de hidrômetros.	1,00

2.2. Impacto

Impacto	Significado	Expressão
Irrelevante	Degradação mínima no processo de aquisição, ensaios, recebimento ou estoque, com impactos financeiros, de imagem ou de qualidade pouco significativos para a CAERD.	10
Pouco relavante	Degradação moderada na operação do processo de contratação ou no desempenho do fornecimento, com pequenos impactos financeiros ou operacionais, porém contornáveis sem prejuízo relevante às atividades da CAERD	20
Relevante	Interrupção ou comprometimento significativo do processo de aquisição ou do fornecimento, afetando prazos de entrega, cronograma de instalação de hidrômetros e desempenho operacional, porém passível de recuperação com atuação gerencial e técnica coordenada.	50
Muito relevante	Interrupção grave do fornecimento ou falhas generalizadas nos hidrômetros, com impactos irreversíveis ou de difícil reversão para a CAERD, tanto em termos financeiros quanto de desempenho operacional, regulação, qualidade da medição e imagem institucional.	100

3. Classificação do nível de risco

O nível de risco resulta da combinação entre a probabilidade e o impacto, classificando-se o risco como Insignificante, Baixo, Médio, Alto ou Extremo.

Consequência	Avaliação do Risco			
Muito relevante	Médio	Alto	Extremo	Extremo
Relevante	Baixo	Médio	Alto	Extremo
Pouco relevante	Insignificante	Baixo	Médio	Alto
Irrelevante	Insignificante	Insignificante	Baixo	Médio
	Raríssima	Rara	Eventual	Frequente
	Probabilidade			

A gradação específica será definida a partir da multiplicação entre probabilidade e impacto, para fins de priorização de tratamento e monitoramento pela gestão.

4. Tabela da matriz de riscos da contratação

A seguir, apresenta-se a matriz de riscos da presente contratação, construída com base no objeto “aquisição de hidrômetros velocimétricos DN15 e DN20”, nas especificações técnicas, ensaios, critérios de aprovação e condições de recebimento, garantia, embalagem, armazenamento e transporte previstos neste Termo de Referência.

4.1. Riscos técnicos e operacionais

ID	Risco	Categoria	Causa principal	Probabilidade	Impacto	Nível de risco	Parte principal responsável	Medidas de tratamento/mitigação
R1	Fornecimento de hidrômetros em desacordo com as especificações técnicas (normas ABNT e Portaria Inmetro)	Técnico	Falhas de projeto ou fabricação, inadequação às normas NBR 16043, NBR 8194, NBR 15538 e Portaria Inmetro n. 155/2022.	Raríssima	Relevante	Baixo	CONTRATADA	Exigir CQT, portaria de aprovação de modelo, laudos de ensaio em laboratório da RBLE/RBMLQ-I; realizar ensaios de recebimento conforme item 9.2 do TR; prever rejeição do lote e substituição sem ônus quando houver não conformidade.
R2	Reprovação de lote em ensaios de recebimento (hidrostático, metrológico, blindagem magnética etc.)	Técnico	Não atendimento aos critérios de aprovação definidos no item 3.3 e nas normas aplicáveis.	Rara	Pouco Relevante	Muito Baixo	CONTRATADA / CAERD	Manter rigor técnico nos ensaios de fábrica e de recebimento; prever plano de amostragem conforme NBR 5426; exigir substituição de lotes reprovados no prazo contratual, sem reajuste de preços.
R3	Hidrômetros com desempenho inferior ao requerido (erros de indicação acima do máximo admissível)	Técnico	Desvios de calibração, materiais inadequados, falhas em durabilidade e repetitividade.	Raríssima	Relevante	Baixo	CONTRATADA	Aplicar todos os ensaios de desempenho previstos (erro de indicação, durabilidade, repetitividade, perda de pressão, blindagem magnética); condicionar o recebimento definitivo à aprovação nos ensaios.
R4	Danos aos hidrômetros no transporte e armazenagem (quebras, avarias, violações de lacre)	Operacional	Embalagem inadequada, manuseio incorreto, empilhamento fora dos limites, transporte inadequado.	Raríssima	Muito Relevante	Médio	CONTRATADA	Exigir embalagens conforme item 24.2, uso de pallets, travamento e condições de transporte adequadas; prever responsabilidade integral da contratada por frete, seguro e avarias até o recebimento definitivo.
R5	Atraso na entrega dos hidrômetros em relação ao prazo máximo do AF	Operacional	Planejamento deficiente de produção/estoque, problemas logísticos.	Rara	Pouco Relevante	Muito Baixo	CONTRATADA	Estabelecer prazo máximo de 30 dias corridos a partir da AF, com previsão de multa moratória, advertência, suspensão e demais sanções em caso de atraso injustificado, conforme cláusulas de sanções do TR/contrato.
R6	Não atendimento ao cronograma interno de instalação dos hidrômetros pela CAERD	Operacional	Restrições operacionais internas, falta de equipe ou planejamento de campo	Frequente	Relevante	Alto	CAERD	Planejar a instalação de acordo com o cronograma de entrega; integrar os dados de recebimento com o programa de micromedição e de redução de perdas comerciais.

4.2. Riscos financeiros e de equilíbrio econômico

ID	Risco	Categoria	Causa principal	Probabilidade	Impacto	Nível de risco	Parte principal responsável	Medidas de tratamento/mitigação
R7	Orçamento insuficiente para aquisição dos quantitativos estimados	Financeiro	Subavaliação do custo na estimativa sigilosa ou variação de preços de mercado.	Frequente	Relevante	Alto	CAERD	Elaborar estimativa de preços com base em pesquisa de mercado atualizada; prever Sistema de Registro de Preços para contratação parcelada; revisar dotação orçamentária quando necessário.
R8	Desequilíbrio econômico-financeiro do contrato por variação excepcional de custos	Financeiro	Alterações significativas de custos de insumos, cambiais ou logísticos no período de vigência.	Raríssima	Muito Relevante	Médio	CONTRATADA / CAERD	Prever cláusulas de reajuste/revisão de preços conforme IPCA e IN 02/2025 CAERD, observando o equilíbrio econômico-financeiro e o limite de preços praticados no mercado.
R9	Inadimplemento da contratada (não entrega, abandono, inexecução total ou parcial)	Financeiro	Fragilidade econômica da empresa, má gestão contratual ou intenção de descumprimento.	Raríssima	Muito Relevante	Médio	CONTRATADA / CAERD	Exigir qualificação econômico-financeira (índices, capital social, certidões) e aplicar sanções (multas, suspensão, rescisão contratual) em caso de inexecução, com acionamento da garantia, se houver.

4.3. Riscos legais, regulatórios e contratuais

ID	Risco	Categoria	Causa principal	Probabilidade	Impacto	Nível de risco	Parte principal responsável	Medidas de tratamento/mitigação
R10	Não cumprimento das cláusulas contratuais pela contratada	Legal/Contratual	Descumprimento de prazos, especificações técnicas, obrigações trabalhistas e fiscais.	Raríssima	Muito Relevante	Médio	CONTRATADA / CAERD	Detalhar obrigações da contratada (fornecimento, garantia, substituição, encargos fiscais e trabalhistas); prever fiscalização formal, sanções administrativas e rescisão unilateral em caso de inexecução.
R11	Litígios judiciais relacionados ao contrato	Legal	Controvérsias sobre recebimento, sanções, reajuste ou rescisão contratual.	Raríssima	Relevante	Baixo	CONTRATADA / CAERD	Incluir cláusulas claras de sanções, rescisão, foro, anticorrupção e combate à fraude; manter registros de fiscalização e comunicações formais com a contratada.
R12	Alterações normativas que afetem requisitos técnicos dos hidrômetros	Regulatório	Mudanças em normas ABNT ou Portarias Inmetro aplicáveis a medidores de água.	Rara	Relevante	Médio	CONTRATADA / CAERD	Monitorar normas técnicas; prever, quando necessário, adequação dos próximos lotes às normas supervenientes, mediante revisão contratual justificada.

4.4. Riscos ambientais

ID	Risco	Categoria	Causa principal	Probabilidade	Impacto	Nível de risco	Parte principal responsável	Medidas de tratamento/mitigação
R13	Destinação inadequada de hidrômetros com carcaça plástica ou com bateria ao fim de vida útil	Ambiental	Falta de recolhimento ou descarte ambientalmente adequado pela contratada.	Rara	Muito Relevante	Alto	CONTRATADA / CAERD	Exigir da contratada o recolhimento e destinação adequada dos medidores em fim de vida, sem ônus para a CAERD, conforme item 3.4.0.15 do TR, com comprovação documental da destinação ambientalmente correta.
R14	Danos ambientais decorrentes de acondicionamento e transporte inadequados (embalagens, vazamentos, resíduos)	Ambiental	Uso de materiais não adequados ou descarte irregular de embalagens e resíduos.	Raríssima	Muito Relevante	Médio	CONTRATADA	Inserir exigência de observância à legislação ambiental e normas de logística de transporte e armazenamento; previsão de responsabilidade da contratada por danos ambientais decorrentes do fornecimento.

4.5. Riscos de imagem e reputação

ID	Risco	Categoria	Causa principal	Probabilidade	Impacto	Nível de risco	Parte principal responsável	Medidas de tratamento/mitigação
R15	Reclamações de consumidores por falhas de medição decorrentes de hidrômetros defeituosos	Imagem/Reputação	Lotes com erros de indicação acima do permitido, falhas de durabilidade ou violação de lacres.	Rara	Muito Relevante	Alto	CONTRATADA / CAERD	Aplicar rigorosamente os ensaios de recebimento, exigir substituição de unidades com defeito durante a garantia, manter sistema de registro de ocorrências e plano de ação para correção rápida das não conformidades de medição.
R16	Percepção negativa quanto à capacidade da CAERD em gerir o parque de hidrômetros	Imagem/Reputação	Atrasos na substituição de medidores, problemas recorrentes de faturamento e perda de credibilidade.	Eventual	Relevante	Médio	CAERD	Planejar cronograma de substituição e ampliação do parque de hidrômetros alinhado ao programa de micromedição e redução de perdas; monitorar indicadores de desempenho e divulgar ações de melhoria à sociedade e órgãos de controle.

5. Disposições gerais sobre a matriz de riscos

- A presente Matriz de Riscos será utilizada como instrumento de gestão durante toda a vigência da ata de registro de preços e dos contratos dela decorrentes, devendo ser revista sempre que ocorrer fato relevante que altere substancialmente o perfil de riscos da contratação.
- A alocação de responsabilidade constante da tabela não exclui o dever de cooperação entre CAERD e CONTRATADA, sendo que cada parte deverá adotar todas as medidas ao seu alcance para prevenir, mitigar e tratar os riscos sob sua esfera de atuação.
- Os riscos aqui identificados não afastam a responsabilidade integral da CONTRATADA pela qualidade, conformidade técnica, garantia, substituição de unidades defeituosas e destinação adequada de hidrômetros com carcaça plástica ou bateria, nos termos deste Termo de Referência, do contrato e da legislação aplicável.

JANDER LUIZ ALVES PAIVA

Gerente de Expansão Comercial

Assinaturas eletrônicas dos responsáveis pelo Termo de Referência e seus anexos, conforme ID (72426401).



Documento assinado eletronicamente por **DALMON LOPES RODRIGUES, Técnico(a)**, em 08/06/2026, às 12:37, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017.](#)



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código verificador **73045065** e o código CRC **49F3EBF8**.

Referência: Caso responda este Edital, indicar expressamente o Processo nº 0003.001688/2025-81

SEI nº 73045065